



#FOGOCRUZADO

RELATÓRIO ANUAL 2025

APRESENTAÇÃO 3

O PROBLEMA DA SEGURANÇA PÚBLICA 5

RIO DE JANEIRO 21

BAHIA 32

PERNAMBUCO 40

PARÁ 46

METODOLOGIA 54

FICHA TÉCNICA 55

APRESENTAÇÃO

A poucos meses das eleições que definirão os rumos dos governos estaduais e do governo federal pelos próximos quatro anos, os dados sobre a violência armada de 2025 ganham importância no debate sobre segurança pública. Este é o momento de fazer um balanço rigoroso do que foi entregue, ou não, pelas atuais gestões e compreender o que os indicadores apontam para o futuro.

A história recente nos ensina que a pauta da segurança mobiliza profundamente o debate eleitoral brasileiro. Candidatos emergem com promessas de “combate ao crime” e “tolerância zero”, frequentemente baseadas mais em apelos emocionais do que em evidências. Por isso, é fundamental que a sociedade civil, os eleitores e a imprensa estejam munidos de dados concretos sobre o desempenho real das gestões que se encerram.

Este relatório se propõe a oferecer esse panorama crítico. Ao longo de 2025, nas quatro regiões metropolitanas monitoradas pelo Instituto Fogo Cruzado — Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém —, os dados revelam que, apesar de algumas iniciativas pontuais, o modelo de segurança pública permanece ancorado em estratégias ultrapassadas e comprovadamente ineficazes.

O que vemos na prática é a consolidação de um modelo fracassado: chacinhas tratadas como política de Estado, aumento de efetivo policial sem qualificação, ausência de proteção a grupos prioritários e expansão territorial de organizações criminosas. Esse cenário é atravessado por uma violência policial institucionalizada, que vitimiza desproporcionalmente populações negras e periféricas. Enquanto isso, no âmbito federal, a principal aposta do governo, a PEC da Segurança Pública, permanece paralisada no Congresso Nacional.

Os dados revelam que, apesar de algumas iniciativas pontuais, o modelo de segurança pública permanece ancorado em estratégias ultrapassadas e comprovadamente ineficazes.

__APRESENTAÇÃO

O Fogo Cruzado registrou, em 2025, 5.846 tiroteios nas quatro regiões metropolitanas, resultando em 5.465 pessoas baleadas, sendo 3.781 mortas e 1.684 feridas. Mais uma vez, aproximadamente 33% desses confrontos ocorreram durante ações policiais, evidenciando que o Estado brasileiro continua sendo um dos principais motores da violência armada que deveria combater. No mesmo período verificamos ainda uma alta de 15% no total de tiroteios em disputas entre grupos armados no comparativo com 2024. Fica evidente que as soluções propostas atualmente para os desafios da segurança pública são insuficientes e, frequentemente, contribuem para agravar a situação em que vivemos. A política do confronto coloca a população na linha de tiro e é incapaz de controlar a expansão dos grupos armados.

Por isso, este relatório não é apenas um retrato estatístico da violência. É um chamado à reflexão crítica sobre o futuro que queremos construir. Em 2026, os eleitores terão mais uma oportunidade de escolher entre a continuidade de políticas fracassadas ou a construção de um novo paradigma de segurança pública, baseado em evidências, direitos humanos e efetiva proteção da vida. Esperamos que os dados e análises aqui presentes contribuam para o bom debate sobre essas escolhas. Boa leitura!

Aproximadamente 33% desses confrontos ocorreram durante ações policiais, evidenciando que o Estado brasileiro continua sendo um dos principais motores da violência armada que deveria combater.



5.846

TIROTEIOS NAS
QUATRO REGIÕES
METROPOLITANAS



5.465

BALEADOS



3.781

MORTOS



1.684

FERIDOS

O PROBLEMA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Quando a atual gestão federal assumiu, em 2023, havia grande expectativa de mudanças estruturais nas políticas de segurança pública. Após anos marcados por uma retórica belicista e pelo incentivo ao armamento civil, esperava-se uma virada para políticas informadas por evidência, com maior coordenação nacional, com foco no controle do uso da força e investimento na prevenção à violência. Nesse contexto, o governo federal apresentou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública como sua principal aposta para transformar o sistema de segurança brasileiro.

Três anos depois, às vésperas do último ano dessas gestões, é possível afirmar que os avanços foram limitados. Embora tenham ocorrido algumas conquistas importantes, como tentativas de regulamentação do uso da força e restrições ao acesso a armas, a estrutura fundamental da segurança pública brasileira permanece intocada. O modelo continua privilegiando o confronto em detrimento da investigação, a ostensividade em lugar da inteligência, e o punitivismo ao invés da prevenção. Os números mostram que a violência policial se mantém

em patamares inaceitáveis, grupos armados expandem seu controle territorial, e populações vulneráveis — especialmente crianças, adolescentes e moradores de periferias — seguem desproporcionalmente expostas à violência armada.

A PEC da Segurança Pública, que previa a constitucionalização do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), deveria conferir coordenação federal à área, trazendo também uma proposta de ampliação das competências da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, além da criação do Fundo Nacional de Segurança Pública e do Fundo Penitenciário Nacional. No entanto, desde sua apresentação, a PEC enfrenta múltiplas resistências políticas: governadores de diversos estados, independentemente de alinhamento político com o governo federal, resistem a uma maior coordenação nacional, interpretando-a como ingerência em sua autonomia. Paralelamente, disputas corporativas entre diferentes forças de segurança — polícias militares, polícias civis, PRF e PF — travam o avanço da proposta na disputa por competências e recursos.

A estrutura fundamental da segurança pública brasileira permanece intocada. O modelo continua privilegiando o confronto em detrimento da investigação, a ostensividade em lugar da inteligência, e o punitivismo ao invés da prevenção.

Além das resistências políticas, a PEC revela lacunas e contradições preocupantes. É fato que a proposta tem foco excessivo em operações ostensivas, em detrimento da investigação, fragilizando justamente aquilo que a Polícia Federal faz de melhor: a investigação qualificada e técnica de crimes complexos. Não há medidas efetivas para controlar o mercado ilegal de armas e drogas, faltam propostas para melhorar a elucidação de crimes e há carência de mecanismos para fortalecer a investigação criminal. A reforma do sistema prisional, problema crônico do país e conectado com a expansão das facções criminosas, também ficou fora do texto.

Entretanto, sem uma coordenação nacional efetiva, as políticas de segurança seguem produzindo resultados previsíveis. Cada estado atua isoladamente, frequentemente repetindo erros já amplamente documentados em outras unidades da federação, e problemas que exigem soluções nacionais, como o tráfico interestadual de armas e drogas, a atuação de facções com

alcance nacional e o intercâmbio de inteligência, permanecem sem respostas adequadas.

Enquanto isso, o único avanço concreto no controle de armas, a transferência da gestão do sistema de Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CAC) para a Polícia Federal, mostrou-se claramente insuficiente. É verdade que a medida “fechou a torneira” do crescimento exponencial de registros que ocorreu entre 2019 e 2022. No entanto, não houve nenhuma política estruturada para lidar com o imenso volume de armamentos que entrou em circulação naquele período. Como demonstram os dados do Fogo Cruzado, esse arsenal continua alimentando a violência armada nas grandes cidades brasileiras. A ausência de um programa nacional de recompra de armas, a fragilidade dos mecanismos de fiscalização e o lobby armamentista, cada vez mais articulado no Congresso Nacional, tornam este um dos principais desafios não enfrentados pela atual gestão federal.

O resultado disso tudo é uma reforma que prometia ser estrutural, mas que permanece engavetada, refém de disputas políticas e corporativas, enquanto a violência segue seu curso nas ruas brasileiras. Isso ficou claro ao longo dos últimos três anos. Enquanto os governos federais e estaduais mantêm o foco na ostensividade e no confronto, grupos armados, sejam facções ligadas ao tráfico de drogas, milícias ou grupos de extermínio, seguem expandindo seu controle territorial e sua capacidade de violência.

Um indicador preocupante dessa expansão é o crescimento da atividade de refino de cocaína em território nacional. Um levantamento realizado pelo Instituto Fogo Cruzado¹ identificou 550 laboratórios de processamento de cocaína desmantelados no Brasil entre janeiro de 2019 e julho de 2025, distribuídos por todos os estados. Destes, 159 realizavam refino propriamente dito e 370 faziam adulteração da droga. Considerando a taxa de detecção policial, estimada entre 10% e 20%, o número real de laboratórios pode ter chegado a 5.500 estruturas no período.

¹ LERER, Rebeca (Coord.). **Floresta em pó: proibição da cadeia produtiva da coca e da cocaína na Bacia Amazônica e no Brasil.** [S.l.]: Intersecção — Política de Drogas, Uso da terra e Justiça Climática; Iniciativa Negra; Coalizão Internacional pela Reforma da Política de Drogas e Justiça Ambiental, out. 2025. 113 p.

Os dados indicam que o Brasil deixou de ser apenas mercado consumidor e corredor de exportação para se tornar centro relevante de refino. Essa descentralização produtiva é característica de mercados maduros e sofisticados, revelando um narcotráfico cada vez mais organizado, eficiente e resiliente. Esse cenário se torna ainda mais grave, uma vez que a cocaína funciona como “esteróide” de outras atividades ilícitas: os recursos financeiros, políticos e logísticos do tráfico alimentam uma economia extrativista que inclui garimpo, madeiras, pesca predatória e tráfico de animais silvestres. Esse processo simbiótico não apenas “lava” recursos do tráfico, mas expande o poder dos grupos criminosos que coordenam toda a cadeia de atividades ilícitas, ampliando significativamente o desafio para as autoridades públicas.

Diante desse fortalecimento econômico e territorial das organizações criminosas, as respostas baseadas exclusivamente no confronto mostram-se cada vez mais insuficientes. A Operação Contenção, realizada pelo governo do Rio de Janeiro no fim de outubro passado, para cumprir 100 mandados de prisão contra integrantes do Comando Vermelho nas favelas da Penha e do Alemão, marcou um novo momento na discussão sobre o que fazer para conter essa expansão. O que foi criado para demonstrar a força do Estado, no entanto, expôs a dimensão do problema e acirrou ainda mais o debate público sobre os limites da política do confronto.

A reação foi inflamada por dois motivos principais. Primeiro, a operação entrou para a história como a mais

letal do Rio de Janeiro e do país, com 122 mortos, cinco deles policiais, superando o massacre do Carandiru, em 1992. Segundo, a resposta do Comando Vermelho evidenciou sua capacidade de articulação e controle territorial: centenas de ruas e avenidas fechadas com barricadas em chamas, ônibus sequestrados, tiroteios nas regiões dominadas pela facção e drones lançando bombas. O CV demonstrou força e o pânico tomou conta da população fluminense. Diante desse cenário, os governos foram pressionados a apresentar respostas mais eficazes no combate ao avanço dos grupos armados por todo o país e a cooperação entre estados e União na segurança pública voltou ao centro do debate.

No Congresso Nacional, dois projetos de lei entraram em cena. O PL Antiterrorismo, de autoria do deputado federal Danilo Forte (União/CE), pretende modificar a Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/2016), estendendo a aplicação da lei a organizações criminosas e a milícias privadas que realizem atos de terrorismo. E o PL Antifacção, de autoria do governo federal, que originalmente prevê a reforma de leis que tratam do combate às facções no país, como o Código Penal e a Lei das Organizações Criminosas. A tramitação de ambos tem sido marcada por disputas entre governo e oposição quanto à redação dos projetos.

O PL Antiterrorismo desvia a função da lei, deixando um limbo regulatório e abrindo brecha para intervenções estrangeiras em solo brasileiro. Já o PL Antifacção, que tem propostas promissoras de asfixia financeira

dos grupos armados, vem sendo desmontado no Congresso Nacional. Enquanto isso, as disputas pelo controle territorial seguem motivando tiroteios.

Em paralelo, há a certeza de que nenhum dos dois projetos dá conta, de fato, do desafio a ser enfrentado. Estão em atividade no Brasil 88 facções criminosas², espalhadas por todos os estados da federação. Alguns grupos que atuam há décadas são conglomerados empresariais, que se infiltram nas instituições públicas a partir da corrupção. Minar seu poderio e desarticulá-las não será nada fácil.

2 FONTE: Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/inteligencia-penal/mapa-das-orcrims>. Acesso em: 15 nov. 2025.

DADOS DE 2025

RIO DE JANEIRO

71 BAIRROS AFETADOS NA REGIÃO METROPOLITANA

275 TIROTEIOS EM DISPUTA

47 “ATAQUES ARMADOS SOBRE RODAS”

BAHIA

54 BAIRROS AFETADOS NA REGIÃO METROPOLITANA

124 TIROTEIOS EM DISPUTA

24 “ATAQUES ARMADOS SOBRE RODAS”

PERNAMBUCO

37 BAIRROS AFETADOS NA REGIÃO METROPOLITANA

46 TIROTEIOS EM DISPUTA

07 “ATAQUES ARMADOS SOBRE RODAS”

PARÁ

43 “ATAQUES ARMADOS SOBRE RODAS”

Os dados evidenciam que a política de confronto direto não desmonta estruturas criminosas. Pelo contrário, em muitos casos, desestabiliza territórios, intensifica disputas e faz com que esses grupos ampliem sua atuação em outras áreas antes não dominadas. O caso de Pernambuco ilustra bem essa dinâmica, estado que historicamente apresenta poucos registros de disputas territoriais e que, no último ano, viu esses conflitos aumentarem significativamente.

Desmontar estruturas de crime organizado exige uma abordagem multifacetada e estratégica, que vai muito além de ações pontuais de repressão. É fundamental realizar investigações de longo prazo que permitam mapear toda a rede criminosa, combinadas com inteligência financeira capaz de rastrear recursos e identificar o fluxo de dinheiro ilícito. A cooperação interestadual e internacional torna-se essencial para combater organizações que operam além das fronteiras, enquanto o desmantelamento das redes de corrupção que protegem e sustentam o crime organizado representa um pilar crucial dessa estratégia. Além disso, políticas sociais efetivas, que ofereçam alternativas reais ao recrutamento criminal, são indispensáveis para atacar o problema em sua raiz, especialmente em comunidades vulneráveis.

No entanto, as análises a seguir dos governos estaduais monitorados revelam que nenhuma dessas medidas estruturantes figura como prioridade em suas agendas de segurança pública. Predomina

uma abordagem fragmentada, reativa e insuficiente diante da complexidade do desafio imposto pelas organizações criminosas.

Panorama estadual: governos diferentes, práticas similares

No âmbito estadual, nota-se que, independentemente de diferenças ideológicas entre os governos de Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Pará, todos convergem para um modelo de segurança pública ultrapassado e comprovadamente ineficaz.

Há características comuns entre a atuação dos estados. Os investimentos prioritários seguem direcionados ao aumento do efetivo policial, à aquisição de armamentos e blindados, e à realização de operações ostensivas de grande porte, mantendo o foco em aparato repressivo. As ações policiais representam parcela significativa dos tiroteios e das vítimas, evidenciando que a letalidade policial não é desvio de conduta individual, mas uma política institucional, o que caracteriza a violência policial como prática institucionalizada. Enquanto isso, programas sociais de prevenção à violência seguem subfinanciados nas políticas estaduais de segurança, demonstrando a ausência de investimento em prevenção. Mecanismos de controle externo das polícias permanecem frágeis, quando não inexistentes, e a transparência de dados sobre uso da força continua sendo uma luta constante da sociedade civil.

O caso do Rio de Janeiro: chacinas como política de segurança

O ano de 2025 no Rio de Janeiro foi marcado pela consolidação de uma política de segurança que, na prática, legitimou e institucionalizou as chacinas. A ADPF 635, que se configurou como um importante instrumento jurídico para o controle da letalidade policial em favelas, foi julgada em abril e perdeu sua força. Após o julgamento, observou-se o progressivo desmonte dessas propostas, acompanhado da implementação de um novo plano de reocupação territorial das áreas controladas por organizações criminosas. Dessa forma, o legado da ADPF que surgiu com o propósito de conter a violência policial corre o risco de, na prática, impulsionar a ocupação das favelas pelas forças policiais, repetindo o modelo das fracassadas Unidades de Polícia Pacificadora.

Em dezembro de 2025, cumprindo um dos itens do voto do processo da ADPF, o governo do estado do Rio de Janeiro apresentou um Plano Estratégico de Reocupação Territorial. O plano se divide na concepção metodológica e tática de um conjunto de ações de intervenção territorial voltadas para combater o controle de grupos armados. O documento é bastante teórico e defende algo consolidado no debate público depois do fracasso das UPPs: a ideia de que a polícia sozinha não conseguirá garantir a reocupação. Seria preciso, portanto, um conjunto de ações classificadas como de “urbanismo social”, políticas integradas para melhorias socioeconômicas e ambientais das localidades.

O plano prevê um projeto-piloto em Rio das Pedras, Gardênia Azul e Muzema (Zona Sudoeste), uma região com mais de 85 mil habitantes. Ele ainda precisa ser aprovado pelo Supremo Tribunal Federal. Isso e o fato de que se trata de um ano eleitoral, no qual possivelmente o atual governador deixará o cargo para ser candidato, contribuem para incertezas sobre o futuro do Plano. Ele é extenso, depende da alocação de grande volume de recursos e por isso há dúvidas sobre sua aplicabilidade ao longo de 2026.

O lançamento do Plano e toda a retórica contida nele sobre políticas integradas não muda o fato de que a atual gestão foi marcada por chacinas policiais como política institucional. Cláudio Castro assumiu interinamente como governador do estado em agosto de 2020, desde então ocorreram 265 chacinas na RMRJ, sendo 70% delas ocorridas durante ações policiais. Foi na gestão do Castro que ocorreram as maiores chacinas da história do Rio de Janeiro.

A atuação do governo na segurança pública tem se caracterizado por operações policiais de grande porte, amplamente divulgadas na mídia, mas com resultados práticos questionáveis em termos de redução sustentada da violência. Essas chamadas “operações espetáculo” mobilizam centenas, ou milhares, de agentes, helicópteros, blindados e armamento pesado, gerando confrontos intensos que vitimizam principalmente moradores das áreas onde ocorrem. Unidades de saúde, creches e escolas são

AS MAIORES CHACINAS POLICIAIS NO RIO DE JANEIRO FORAM NO GOVERNO CLÁUDIO CASTRO:

CHACINA NO
JACAREZINHO
(06/05/2021)
27 MORTOS

CHACINA NO
COMPLEXO DA PENHA
(24/05/2022)
23 MORTOS

CHACINA NO
COMPLEXO DO ALEMÃO
(21/07/2022)
16 MORTOS

CHACINA NO COMPLEXO
DO SALGUEIRO,
SÃO GONÇALO
(23/03/2023)
13 MORTOS

CHACINA NOS
COMPLEXOS DA PENHA
E DO ALEMÃO
(28/10/2025)
122 MORTOS

_O PROBLEMA DA SEGURANÇA PÚBLICA

impedidos de garantir atendimento seguro ao público. A mobilidade urbana é interrompida, enquanto a população se questiona como chegará em casa.

O que os dados demonstram é que essas operações não reduzem o domínio territorial a médio e longo prazo. Após o fim das megaoperações, os índices de violência retornam aos patamares anteriores ou até aumentam, em função da desestabilização territorial que geram. Passados três anos

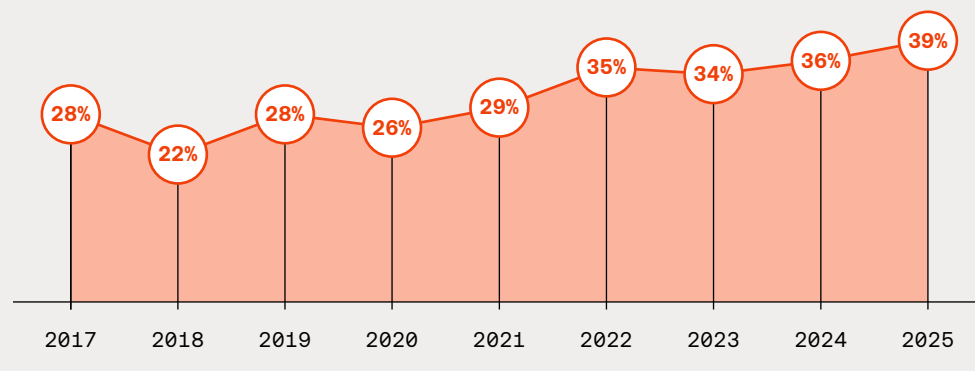
de operações altamente letais na Penha e no Alemão, o Comando Vermelho seguiu atuando na região e assim permanece após as 122 mortes da Operação Contenção.

A letalidade, no entanto, não é um problema recente, e os desafios para controlar a violência das ações policiais seguem sendo enormes. Dois anos após a determinação do Supremo Tribunal Federal para uso obrigatório de câmeras corporais por policiais militares, o sistema apresenta falhas graves que

comprometem a transparência e responsabilização policial no Rio de Janeiro³. A Operação Contenção ilustra esse problema: na Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE), metade das 62 câmeras apresentou falhas, enquanto no Batalhão de Operações Especiais (BOPE) apenas 77 equipamentos, foram distribuídos para 215 policiais, com problemas de bateria e estações de carregamento comprometendo em cerca de 30 equipamentos. Nas poucas imagens obtidas, foram identificados casos de mau uso, obstrução, manipulação de imagens, violações de direitos e até furtos cometidos por agentes, evidenciando que a falta de controle sobre o uso da força permanece como principal obstáculo para reduzir a letalidade policial no estado.

O número de mortos em operações policiais chegou a 460 em 2025, representando um aumento de 52% em comparação com o ano anterior. Os tiroteios ocorridos durante ações ou operações policiais alcançaram o recorde da série histórica iniciada em 2016. Em 2025, 39% dos tiroteios no Grande Rio tiveram essa motivação. No Leste Metropolitano, o percentual de disparos promovidos pela polícia chegou a 54% do total registrado na região. Na Baixada Fluminense, o percentual também foi alto, alcançando 45% do total dos tiroteios monitorados.

PORCENTAGEM DE TIROTEIOS EM AÇÃO POLICIAL NA RMRJ (2017-2025)



³ Segundo relatório da Defensoria Pública de março de 2024, apenas 26% das 215 solicitações de gravações foram atendidas, com justificativas de imagens apagadas ou falhas na captação. Fonte: RIO DE JANEIRO (Estado). Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. Contribuições à ADPF 635 — dezembro 2023: relatando as imagens. Rio de Janeiro: DPERJ, 2023. Disponível em: https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/Contribuic%cc%a7o%cc%83es_ADPF_635_dezembro_2023_-_relatando_as_imagens.pdf. Acesso em: 29 dez. 2025.

DISPUTAS POR TERRITÓRIO

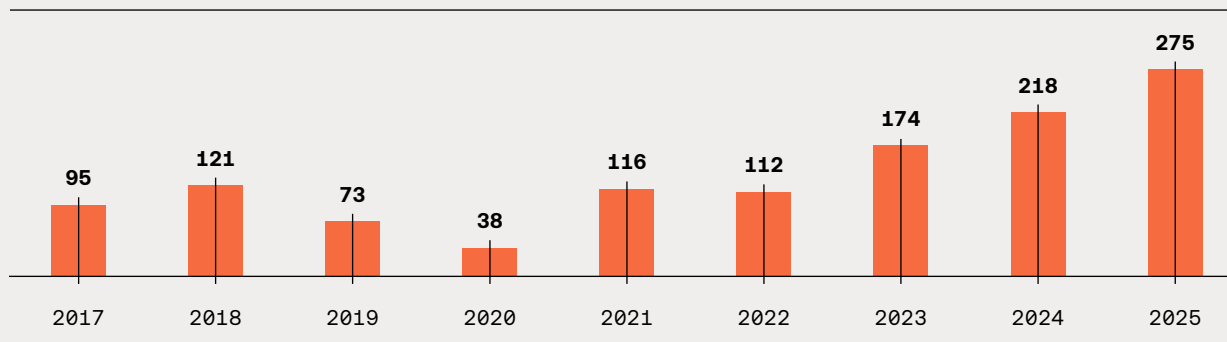
O ano de 2025 bateu recorde de tiroteios motivados por disputas territoriais mapeados pelo Instituto Fogo Cruzado no Grande Rio, considerando a série histórica iniciada em 2016. Foram registrados 275 tiroteios durante confrontos entre facções e milícias, um crescimento de 26% em relação a 2024. Os confrontos fizeram 180 vítimas ao longo de 2025. Junho foi o mês com mais ocorrências desse tipo, quando 46 tiroteios deixaram 20 pessoas baleadas, sendo 15 mortas e cinco feridas.

A população de Vicente de Carvalho, bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro, sofreu com 36 tiroteios em disputas ao longo do ano. A região é marcada por um conflito histórico entre o Comando Vermelho, que domina o Complexo do Juramento, e o Terceiro Comando Puro, que atua no Complexo da Serrinha.

Cascadura foi outro bairro onde as disputas foram frequentes, com 33 ocorrências no decorrer do último ano. O bairro integra o chamado Complexo do Fubá, a região que já foi dominada por milicianos, por traficantes do TCP e que é alvo constante de ataques do CV, que busca expandir seu domínio na Zona Norte da capital fluminense.

Os confrontos constantes entre facções e milicianos transformaram a rotina dos moradores, que convivem com tiroteios frequentes que colocam em risco trabalhadores, estudantes e famílias que circulam e vivem no bairro. Os efeitos das disputas também refletem no funcionamento dos serviços públicos.

TIROTEIOS EM DISPUTAS NA RMRJ (2017-2025)



No Grande Rio, 47 dias letivos foram afetados por confrontos entre grupos armados. Em toda a Zona Norte da cidade, ao menos 23 dias letivos foram impactados, e 38 unidades de ensino registraram tiros no entorno, afetando diretamente o aprendizado de milhares de crianças e adolescentes que vivem na região.

A violência armada ameaça a população, especialmente crianças, de muitas maneiras. Um dos casos que marcaram o ano de 2025 foi a primeira ida à praia de Mirella Pinho Francisconi, de 2 anos, que não se tornou uma boa recordação para a família. Ainda em janeiro de 2025, a mãe de Mirella descia do ônibus com a filha no colo quando começou uma correria em uma rua em Pilares, na Zona Norte da capital. Era um tiroteio entre grupos armados em disputa pelo território.

Imagens mostram o momento em que a mãe nota que a filha está ferida na cabeça, enquanto dois homens

atravessam a rua para ajudar. Elas embarcam num táxi e vão para o hospital. A menina ficou internada por 15 dias e precisou passar por fisioterapia para voltar a andar.

As promessas de “guerra ao crime” e a divulgação de operações espetaculosas tendem a se intensificar com a proximidade da corrida eleitoral. A população fluminense precisa estar atenta: números de pessoas mortas pela polícia, apreensões e prisões não significam, necessariamente, segurança sustentável e ruas mais seguras, especialmente quando, e para alcançar esses números, vidas são colocadas em risco.

O caso de Pernambuco: mais polícia, mesma violência

A estratégia de segurança pública do governo de Pernambuco, nos últimos três anos, tem se caracterizado pelo investimento prioritário no aumento de efetivo policial e aparato bélico. Concursos públicos para ingresso nas forças de segurança, aquisição de viaturas, armamentos e equipamentos têm sido apresentados como as principais respostas do estado ao desafio da violência.

Em 2025, a região metropolitana do Recife registrou 1.483 tiroteios, resultando em 1.718 pessoas baleadas, sendo 1.233 mortas e 485 feridas. Embora haja oscilações ano a ano, a violência armada na região permanece alta, evidenciando que o aumento de efetivo promovido pela governadora, por si só, não resolve o problema estrutural da violência.

BALAS PERDIDAS

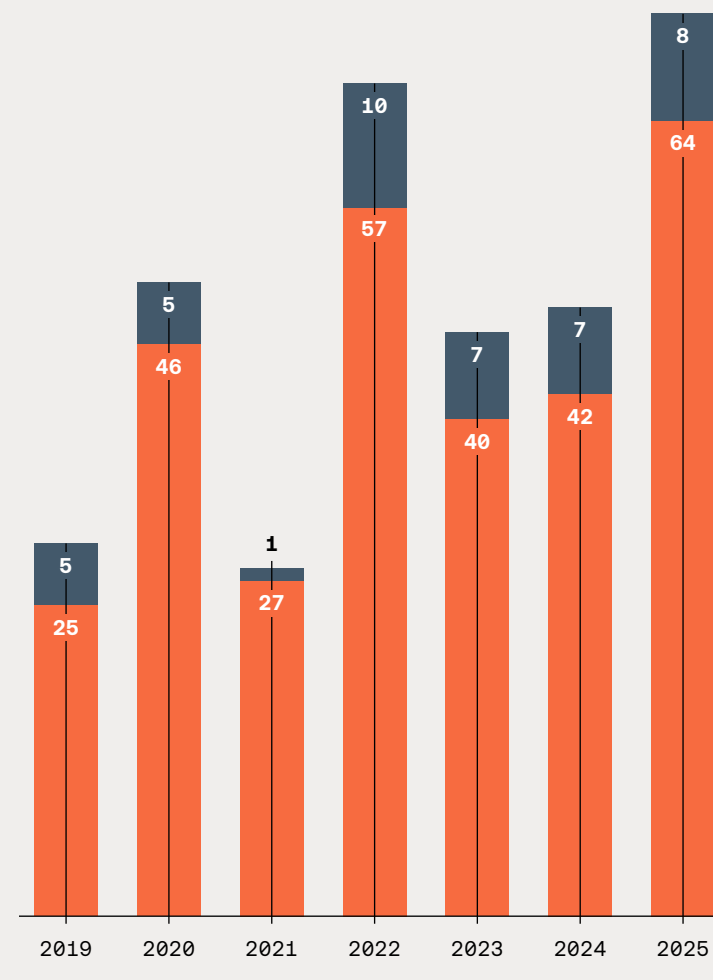
Em março de 2025, o grande show de João Gomes, durante o carnaval de Olinda, repercutiu pelas cenas que circularam nas redes sociais e portais da imprensa. Um tiroteio deixou sete pessoas feridas por bala perdida na Praça do Carmo, coração da cidade histórica e palco de um dos maiores carnavais do Brasil, transformando o que deveria ser um momento de festa em insegurança.

Consideram-se vítimas de bala perdida as pessoas que não estavam envolvidas no contexto da violência armada, mas foram baleadas. Não eram atiradores nem alvos intencionais. Esse fenômeno representa um importante alerta sobre o descontrole ou ineficiência da política de controle das armas de fogo. São cidadãos comuns, expostos a tiroteios enquanto seguem suas rotinas cotidianas, como ir a um show, e que se tornam vítimas fatais de uma violência da qual não faziam parte.

O monitoramento do Fogo Cruzado aponta que, em 2025, foram registradas 72 vítimas de bala perdida no Grande Recife, oito morreram e 64 ficaram feridas. O número representa um aumento de 52% em relação ao ano anterior, alcançando o recorde histórico do indicador monitorado há 7 anos. O pico de violência foi registrado justamente no mês de março, quando 17 pessoas foram baleadas em episódios de bala perdida. Dessas vítimas, uma não sobreviveu.

VÍTIMAS DE BALAS PERDIDAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE (2019-2025)

FERIDAS MORTAS



CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O FUTURO EM RISCO

Um dos aspectos mais trágicos da violência armada em Pernambuco é a vitimização sistemática de adolescentes. Os dados do Fogo Cruzado revelam que, em 2025, 132 adolescentes foram baleados na região metropolitana do Recife, sendo 93 mortos.

AS CIRCUNSTÂNCIAS DESSAS MORTES REVELAM UM PADRÃO:

96% FORAM HOMICÍDIOS
DIRETOS

5% OCORRERAM EM
CONTEXTOS DE
DISPUTAS ENTRE
ORGANIZAÇÕES
CRIMINOSAS

5% DURANTE AÇÕES
POLICIAIS

5% FORAM MORTOS
EM CHACINA

17% FORAM MORTOS
EM CASA

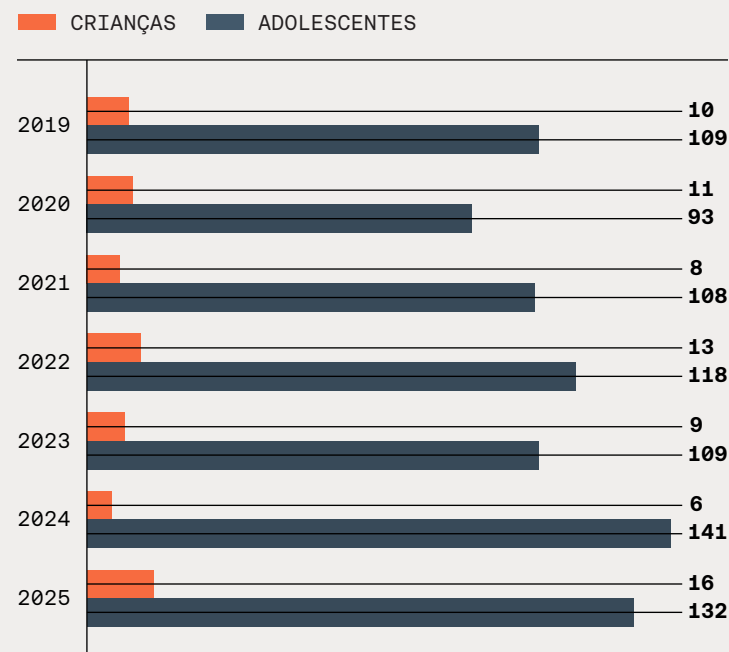
Embora façam parte dos grupos prioritários do programa Juntos Pela Segurança, os adolescentes de Pernambuco seguem desprotegidos. Ano após ano, uma centena de jovens é vitimada na Região Metropolitana de Recife. Entre abril de 2018 e dezembro de 2025,, 902 jovens de 12 a 17 anos foram baleados no Grande Recife, sendo que 42% dessas vítimas ocorreram durante a gestão Lyra. A vulnerabilidade desse grupo expressa a ineficiência das políticas de prevenção à violência e comprometem o desenvolvimento socioeconômico do estado. Um estado que não protege seus jovens demonstra pouco compromisso com o futuro da população.

Um retrato fiel dessa tragédia foi a morte de um adolescente de 16 anos, baleado ao descer de um ônibus no bairro do Brejo da Guabiraba, na Zona Norte de Recife. O caso aconteceu em outubro de 2025, quando o jovem voltava da escola, uniformizado. Apesar de o crime ter acontecido próximo a uma unidade de saúde da família, o adolescente não teve tempo de ser socorrido e morreu no local dos disparos.

Antes disso, em julho, um adolescente de 15 anos foi baleado na cabeça em um terreno na comunidade Vila Esperança, em Olinda. A família socorreu o jovem, levado até a UPA, e posteriormente, encaminhado ao Hospital da Restauração. Ambos os casos configuram execuções de adolescentes pernambucanos, e não podem ser tratados como episódios isolados. Mais quantas centenas serão contadas até que o governo crie políticas que protejam os jovens e garantam um futuro para o estado?

Crianças pernambucanas também veem seu futuro ameaçado pela violência armada. O ano de 2025 foi marcado pelo recorde de crianças, de 0 a 12 anos, baleadas no Grande Recife. Ao todo, 16 foram vitimadas, 12 feridas e quatro morreram. Entre elas, no segundo dia do ano, uma criança de 4 anos ficou ferida durante um ataque ao seu pai, Márcio. O crime aconteceu em Jaboatão dos Guararapes, próximo a uma parada de ônibus.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES BALEADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE RECIFE (2025)



O caso ilustra bem a dinâmica da violência no Grande Recife. Boa parte dos disparos de arma de fogo monitorados pelo Fogo Cruzado na região resultam em vítimas, indicando um padrão de violência letal endereçada. Entretanto, mesmo quando os tiros têm alvos definidos, a exposição a tiroteios amplia o risco e pode vitimar mais pessoas, até mesmo crianças. Os tiros daquela noite eram para Márcio, mas seu filho também foi atingido.

JUNTOS PELA SEGURANÇA

O plano estadual “Juntos Pela Segurança” foi apresentado por Raquel Lyra em novembro de 2023, com a ambiciosa meta de reduzir em 30% as mortes violentas intencionais até 2026, em comparação com 2022, prometendo que Pernambuco deixaria de ser um dos estados mais violentos do Brasil.

No entanto, apesar de a governadora comemorar reduções, os dados indicam que a meta não será alcançada até o fim do prazo. Em 2022, a taxa de Mortes Violentas Intencionais (MVI) era de 36,1 por 100 mil habitantes. Em 2023, primeiro ano do governo Lyra, a taxa aumentou para 38,2. Em 2024, caiu para 36,2 — ainda acima do patamar de 2022. Em 2025, a taxa foi de 32,74⁴, uma redução importante, mas muito distante da meta de 26,5 prometida para 2026.

Além disso, Pernambuco permanece entre os mais violentos do país, outra promessa que não saiu do papel. Em 2022, o estado ocupava o 5º lugar no ranking

nacional. Em 2023, piorou e passou para o 3º lugar, em 2024 caiu para a 4ª posição e, em 2025, voltou ao 5º lugar, mostrando que, apesar das reduções, Pernambuco ainda não conseguiu sair do grupo dos estados mais letais do Brasil.

Destaca-se que 79,43%⁵ das mortes violentas intencionais no estado são perpetradas com armas de fogo, tornando ainda mais notória a ausência de debate sobre armas de fogo no “Juntos pela Segurança”. Sem nenhuma estratégia específica para o controle e redução da circulação de armas, o desafio de diminuir a taxa de MVI fica ainda maior.

Outro ponto de atenção é que o “Juntos Pela Segurança” não apresenta ações diretas para desarticulação dos grupos armados. Este ponto merece atenção, principalmente em virtude do crescimento das disputas territoriais entre organizações criminosas no Grande Recife. Em 2025, o Fogo Cruzado registrou 46 tiroteios relacionados a disputas entre grupos armados, um aumento de 650% em relação a 2024.

Oito municípios registraram tiroteios motivados por disputas em 2025: Recife, Olinda, Jaboatão do Guararapes, Paulista, Moreno, Cabo de Santo Agostinho, Goiana e Ilha de Itamaracá. Não se trata de um desafio pontual ou uma movimentação específica em um bairro. A quantidade de municípios revela que a disputa territorial acontece em todo o Grande Recife. O patrulhamento ostensivo é fundamental para evitar que a população perca mais espaços, entretanto, é urgente investir em

4 FONTE: PERNAMBUCO. Secretaria de Defesa Social. **Painel de indicadores de segurança pública**. Power BI. Disponível em: <https://bit.ly/4pZR64w>. Acesso em: 8 jan. 2026.

5 FONTE: PERNAMBUCO. Secretaria de Defesa Social. **Microdados sobre mortes violentas intencionais, incluindo o instrumento utilizado**. Recife, 2025. Informação obtida via Lei de Acesso à Informação (LAI), protocolo nº 202523555, em mar. 2025.

trabalho investigativo que alcance o fluxo financeiro desses grupos. Descapitalizá-los é o caminho menos letal e mais eficiente para diminuir o poderio das facções.

Além disso, o governo de Pernambuco segue priorizando a estrutura repressiva em detrimento de políticas de prevenção. Essa ênfase aumenta o encarceramento — Pernambuco possui a 9ª maior taxa de encarceramento do Brasil, com 558,1 presos por 100 mil habitantes⁶ — sem políticas efetivas de reinserção social. O resultado é trágico: segundo o Fogo Cruzado, 949 pessoas com passagem pelo sistema prisional foram atingidas entre janeiro de 2023 e dezembro de 2025, representando 16% do total de vítimas no período.

Em ano eleitoral, o governo Lyra tende a apresentar os investimentos em efetivo e equipamentos como “avanços” na área de segurança. Cabe à população pernambucana questionar: esses investimentos resultaram em redução sustentada da violência? Os adolescentes

estão mais seguros? As disputas entre grupos armados deixará de crescer?

O caso da Bahia: líder nacional de mortes pela polícia

Há anos, falar sobre segurança pública na Bahia passa, necessariamente, pela letalidade policial. A gestão de Jerônimo Rodrigues, iniciada 2023, tem, ao menos até aqui, apresentado poucos sinais para a redução dos alarmantes indicadores.

Em 2022, a Bahia ultrapassou o Rio de Janeiro em números absolutos de vítimas da letalidade policial. Desde então, sustenta o título de estado com a polícia mais letal do Brasil. Em quatro anos, a polícia baiana foi responsável por mais de 6.200 mortes em todo o estado⁷. Em 2025, segundo o SINESP, as mortes decorrentes de intervenção policial representaram 29% do total das mortes violentas intencionais (MVI) no estado, quase o dobro da média nacional, que é 16%.

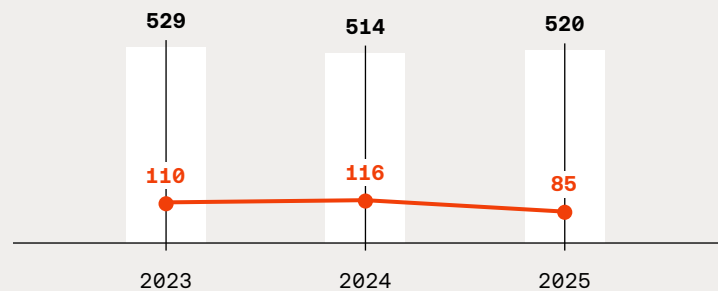
Dados do Instituto Fogo Cruzado apontam que, somente na Região Metropolitana de Salvador, entre janeiro de 2023 e dezembro de 2025, 37% dos casos de pessoas baleadas na Região Metropolitana de Salvador aconteceram em ações ou operações policiais. Nesse período, 1.874 pessoas foram alvejadas, incluindo sete crianças. A polícia também atuou como um motor das 109 chacinas registradas no período. Desses episódios, 68% resultaram de ações policiais e deixaram 286 pessoas mortas. Ao menos 52% dessas mortes aconteceram em ações das Rondas Especiais (Rondesp). Em 2024, 55 pessoas foram mortas em chacinas policiais na Região Metropolitana de Salvador. O cenário se agravou em 2025: a polícia baiana esteve envolvida em 95 mortes nesse contexto, representando um aumento de 73%.

6 FONTE: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional — SISDEPEN, 2025; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025.

7 FONTE: BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP): dados nacionais de segurança pública. Power BI. Brasília, DF: MJSP, [2026]. Disponível em: <https://bit.ly/4t7mtNu>. Acesso em: 8 jan. 2026.

BALEADOS EM AÇÕES POLICIAIS EM SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA (2023-2025)

MORTOS FERIDOS



Uma das vítimas foi a dentista Larissa Azevedo Pinheiro. Em março de 2025, a jovem de 28 anos foi alvejada por uma bala perdida quando estava na garupa de uma moto, a caminho do trabalho, na principal avenida da capital baiana, a Paralela. O projétil que a atingiu partiu do fuzil de policiais que faziam uma perseguição. Ela chegou a ser socorrida, mas morreu dias depois.

As imagens dos policiais disparando seus fuzis em meio à movimentada avenida comoveram a população, que passou a se perguntar se aquela era, de fato, uma ação para promover a sua segurança. Casos como o de Larissa, marcados pelo uso desproporcional da força, são centenas e recorrentes. Além das vidas perdidas, perde-se também a relação de confiança, já profundamente fragilizada, entre a população e o Estado.

No caso baiano, a escalada da violência é muito rápida. Registros de execuções praticadas por policiais durante abordagens são frequentes. Foi o que aconteceu com Caíque, adolescente de 16 anos, morto em setembro de 2025. A abordagem foi no bairro São Marcos. A família contesta a versão da PM, que afirma ter havido troca de tiros, e sustenta que o jovem atendeu a ordem para colocar as mãos para cima. O caso de Caíque não é isolado, mas integra uma escalada de violência que transforma letalidade em rotina policial.

Vale destacar que, em setembro de 2023, o governo da Bahia publicou uma portaria criando um grupo de trabalho para elaborar um plano de redução da letalidade policial. Somente em outubro de 2025, mais de dois anos depois, o Plano de Atuação Qualificada de Agentes de Estado da Bahia (PQUALI) foi apresentado.

O documento admite o elevado número de mortes causadas pela polícia baiana e identifica um padrão preocupante: mais de 40% dos confrontos armados registrados em 2023 ocorreram durante rondas policiais de rotina, e não em operações planejadas. Outro ponto crucial destacado é a baixa resolutividade investigativa: apenas 24% dos homicídios policiais têm inquéritos concluídos. Das 1.702 mortes de 2023, somente 284 inquéritos foram finalizados, revelando um funil investigativo que impede o conhecimento adequado sobre essas mortes. Ou seja, sabemos muito pouco do problema a ser enfrentado.

O QUE ACONTECEU NESSE MEIO TEMPO SÓ NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR:



1.187

PESSOAS MORTAS PELA POLÍCIA



73

CHACINAS POLICIAIS NA RMS



29

CRIANÇAS E ADOLESCENTES BALEADAS EM AÇÃO POLICIAL (17 MORRERAM)



72

AGENTES DE SEGURANÇA BALEADOS (23 MORRERAM)

1.702
MORTES

1.183
BOLETINS DE
OCORRÊNCIA

1.066
INQUÉRITOS
INSTAURADOS

APENAS
284
CONCLUÍDOS

Apesar de reconhecer a gravidade do problema, o Plano prevê uma meta de redução de apenas 10% das “Mortes por Intervenção Legal de Agentes do Estado” (MILAE)⁸ por semestre, um objetivo que está muito aquém do necessário para um estado que lidera o ranking nacional de letalidade policial desde 2022. Se essa meta for rigorosamente cumprida, o governo baiano encerraria 2025 tendo perpetrado 1.560 mortes (quatro a mais que em 2024), 2026 com 1.404 mortes e 2027 com 1.264 mortes decorrente de intervenção policial.

Ou seja, nem ao final de 2027 a Bahia retornaria aos patamares de 2020, quando foram registradas 1.140 mortes no ano, um índice que já era considerado alarmante na época. A meta não busca erradicar o problema, mas apresentar taxas de redução. O plano falha ao apresentar como medida de contenção a criação de Batalhões de Policiamento Tático para as Rondas Especiais (Rondesp), que historicamente

apresentam atuações das mais letais. Ele também não promove a participação da sociedade civil nos comitês de acompanhamento de indicadores determinantes, como o de Mortes por Intervenção de Agentes do Estado (MIAE).

O Plano prevê ainda a expansão do Programa de Câmeras Corporais Operacionais (CCO). Medida que, em tese, deve trazer maior segurança para a população. Entretanto, o que se vê é o CCO como um programa esvaziado. Em outubro do último ano, o Ministério Público notificou a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA) após vistorias apontarem que apenas 7,5% dos dispositivos disponíveis estavam sendo utilizados nas unidades que já possuem os equipamentos, recomendando a correção nos protocolos de utilização. O PQUALI também reconhece o aumento da circulação de armas de fogo como fator agravante da violência armada. As apreensões de armas registraram um crescimento de 5,2% na Bahia em 2024, tendência

que se intensificou em 2025, com um aumento de 19,3%⁹ em relação ao ano anterior. Desde 2023, mais de 260 fuzis foram apreendidos no estado, o maior resultado entre os estados do Nordeste.¹⁰ Apesar disso, o documento afirma que será implementada uma Política de Controle de Armamento, embora tal medida ainda não tenha sido efetivamente concretizada.

8 O termo apresentado pelo governo baiano vem sendo criticado por organizações da sociedade civil e movimentos sociais pelo fato de pressupor a legalidade das ações com resultado morte antes mesmo de haver a instauração de inquérito.

9 FONTE: BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP): dados nacionais de segurança pública. Power BI. Brasília, DF: MJSP, [2026]. Disponível em: <https://bit.ly/4rmMw1v>. Acesso em: 8 jan. 2026.

10 Idem.

ESCOLAS COMO ALVOS

O impacto da violência ameaça o futuro de crianças e adolescentes, colocando em risco o direito à educação. Em 2025, 252 escolas em Salvador foram afetadas por tiroteios em seu entorno. Inúmeros estudantes tiveram dias letivos interrompidos devido à violência armada. Destes casos, 67% das escolas foram afetadas por ação policial.

A concentração geográfica revela a manutenção do racismo estrutural. Bairros de Salvador com população majoritariamente negra, Fazenda Coutos, Rio Sena, Moradas da Lagoa, Pero Vaz, Calabetão, Lobato e Chapada do Rio Vermelho concentram 5% dos tiroteios próximos a escolas. Enquanto bairros com população majoritariamente branca, Itaigara, Graça, Caminho das Árvores, Canela, Pituba, Barra e Patamares registram apenas 0,3% de tiroteios no entorno de escolas.

A rotina atravessada pela violência armada transforma a perspectiva de vida de milhares de pessoas. Famílias majoritariamente pretas e periféricas vivem com o desafio diário de criar seus filhos sem saber, de fato, se estão seguros mesmo nos espaços onde deveriam estar construindo seus futuros.

A poucos meses das eleições de 2026, a gestão de Jerônimo Rodrigues ainda não apresentou reduções significativas de indicadores primordiais para a construção de uma segurança pública que priorize a vida da população. A redação de protocolos sem cronogramas e prazos estabelecidos não é suficiente.

Garantir que as ações saiam dos documentos e se tornem realidade deve ser um compromisso inadiável. Cabe agora à população baiana decidir se dará mais um voto de confiança ao governador.

O caso do Pará: a COP não trouxe mudança

Em 2025, enquanto Belém se preparava para sediar a COP 30 (Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas), projetando-se globalmente como símbolo da preservação ambiental, da justiça climática e dos direitos dos povos da floresta, as periferias da capital paraense conviviam com uma realidade radicalmente diferente.

Ao mesmo tempo, em que o governador Helder Barbalho discursava sobre proteção ambiental e direitos humanos, os índices de violência policial atingiam justamente as comunidades mais vulneráveis, levantando dúvidas sobre a coerência entre retórica e prática institucional.

A REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM REGISTROU EM 2025:

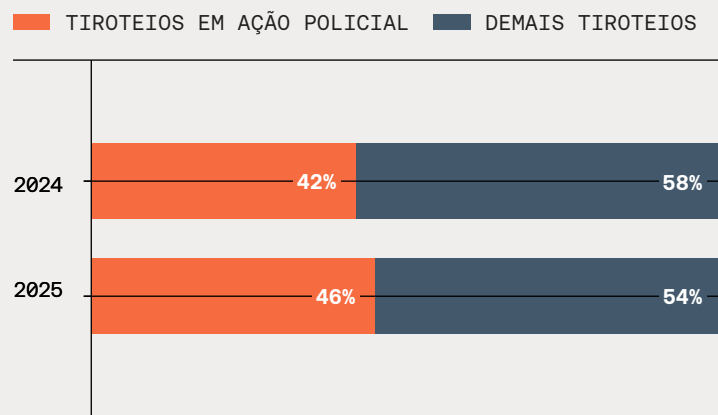
542 TIROTEIOS

499 PESSOAS BALEADAS (391 MORTAS E 108 FERIDAS)

46% DAS MORTES OCORRERAM DURANTE AÇÕES POLICIAIS – A MAIOR PROPORÇÃO ENTRE TODAS AS REGIÕES METROPOLITANAS MONITORADAS PELO FOGO CRUZADO

Os números de mortes decorrentes de ações policiais, que em 2024 já eram preocupantes, permaneceram em patamar elevado em 2025. A atuação de agentes de segurança pública segue sendo o principal motor da violência armada no estado. Do total de 542 tiroteios registrados pelo Fogo Cruzado no último ano na Região Metropolitana de Belém, 46% ocorreram durante ações policiais.

PORCENTAGEM DE TIROTEIOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM (2024-2025)



Tiroteios como o que ocorreu no Quilombo Macapazinho seguem constantes. Em março, a comunidade foi surpreendida com uma incursão do 12º BPM. Durante a ação, houve troca de tiros entre agentes e um suspeito que, segundo a versão apresentada pela polícia, teria fugido para uma área de mata após disparar contra a guarnição. Uma arma foi apreendida, e não houve registro de feridos no local. Casos como esse aprofundam as vulnerabilidades já existentes nestes territórios, colocando a população sob risco direto.

Outro dado que preocupa é o percentual de pessoas baleadas em ação ou operação policial. O número chegou a 44%, apontando para a manutenção dos altos índices de violência policial. Ao todo, 189 pessoas morreram e 33 ficaram feridas.

Em agosto, imagens gravadas por moradores da comunidade de Israel, no bairro Aurá, em Ananindeua, mobilizaram a opinião pública que cobrou explicações ao governador Helder Barbalho sobre o uso desproporcional da força, comumente empregado pelos agentes. Os vídeos que circularam nas redes sociais e na imprensa mostram um adolescente de 16 anos imobilizado no chão, cercado por três policiais militares. Em seguida, ouve-se um disparo e o jovem é retirado do local carregado pelos agentes.

As gravações feitas pela população foram cruciais para contradizer a versão apresentada pelos policiais envolvidos, que afirmaram ter havido um confronto que teria motivado o disparo contra o jovem. A operação policial, que tinha como objetivo combater o tráfico de drogas para garantir a segurança da população, acabou com mais um caso de violência contra a população que mais precisa de apoio governamental.

A letalidade policial se faz presente até mesmo quando os agentes não estão de serviço, aumentando a sensação de desconfiança, pelo descontrole da força policial. Milton César comemorava seu aniversário de 50 anos quando foi alvejado em sua própria festa, que acontecia na Avenida Perimetral, no bairro Terra Firme, periferia de Belém. O crime foi cometido pelo vizinho Bruno Passos, um policial penal, após uma discussão motivada por uma moto estacionada em frente à garagem do agente.

No entanto, ao mesmo tempo em que a polícia paraense é uma das mais letais do país, o número de agentes vitimados também é elevado. Em 2025, 23 agentes de segurança foram baleados na Região Metropolitana de Belém, sendo nove mortos e 14 feridos.

Estes números evidenciam que a política de confronto não protege nem os próprios agentes de segurança. Pelo contrário, a estratégia de enfrentamento armado coloca policiais em situação de risco extremo, assim como todos que estão à sua volta, sem resultar em redução sustentada da violência ou na diminuição do sentimento de insegurança.

A relação entre Estado e crime organizado no Pará caracteriza-se por um padrão de confronto direto. Em contraste com abordagens de segurança pública baseadas em investigação, inteligência e desarticulação de estruturas criminosas, o modelo adotado por Helder Barbalho privilegia o enfrentamento ostensivo, impondo

custos elevados tanto aos agentes de segurança quanto à população em geral.

Os dados de maio de 2025 ilustram essa dinâmica. Naquele mês, seis agentes foram baleados na Região Metropolitana de Belém, incluindo o assassinato do cabo Lucas da Silva Monteiro, lotado no 12º Batalhão da Polícia Militar. O crime ocorreu enquanto Lucas participava de uma operação no bairro Florestal, em Santa Izabel do Pará. Esses episódios evidenciam, mais uma vez, os limites de estratégias predominantemente reativas.

Além disso, a constante violência policial faz com que policiais sejam vistos como potenciais atiradores mesmo quando estão fora de serviço, elevando o risco de serem atacados a qualquer momento. Foi o que aconteceu com um subtenente da Marinha, morto a tiros enquanto realizava segurança privada numa empresa de terraplanagem. Ele foi surpreendido por assaltantes que invadiram o local e, ao ser confundido com um policial militar, foi alvejado.

O CONTEXTO DA COP30

À medida que Belém se preparava para sediar a COP 30, investimentos em infraestrutura urbana e turística foram anunciados e implementados. Obras de mobilidade, revitalização de espaços públicos e modernização de equipamentos turísticos avançaram.

No entanto, nenhuma dessas iniciativas foi acompanhada da implantação efetiva de políticas estruturantes de segurança pública e proteção dos defensores da floresta. A cidade se preparou para receber dignitários internacionais e turistas, mas não para garantir segurança e dignidade aos seus próprios moradores, especialmente aqueles de periferias, quilombos, aldeias e comunidades ribeirinhas.

Merece atenção o fato de o Pará ser historicamente um dos estados brasileiros mais perigosos para defensores ambientais e de direitos humanos. No contexto da preparação para a COP 30, essa realidade deveria ter ocupado posição central nas políticas estaduais. Coube, no entanto, aos povos e às organizações sociais levar a pauta da justiça climática e da defesa dos defensores aos espaços de debate e mobilização.

Não faltam dados para dimensionar essa tragédia. O Relatório “Na linha de frente”, produzido pela Justiça Global,¹¹ mapeou 318 episódios de violência que resultaram em 486 vítimas nos anos de 2023 e 2024 em todo o país. Desse total, 80,9% dos casos registrados atingiram pessoas que atuam na defesa ambiental e territorial, e o Pará concentra 32,4% desses ataques.

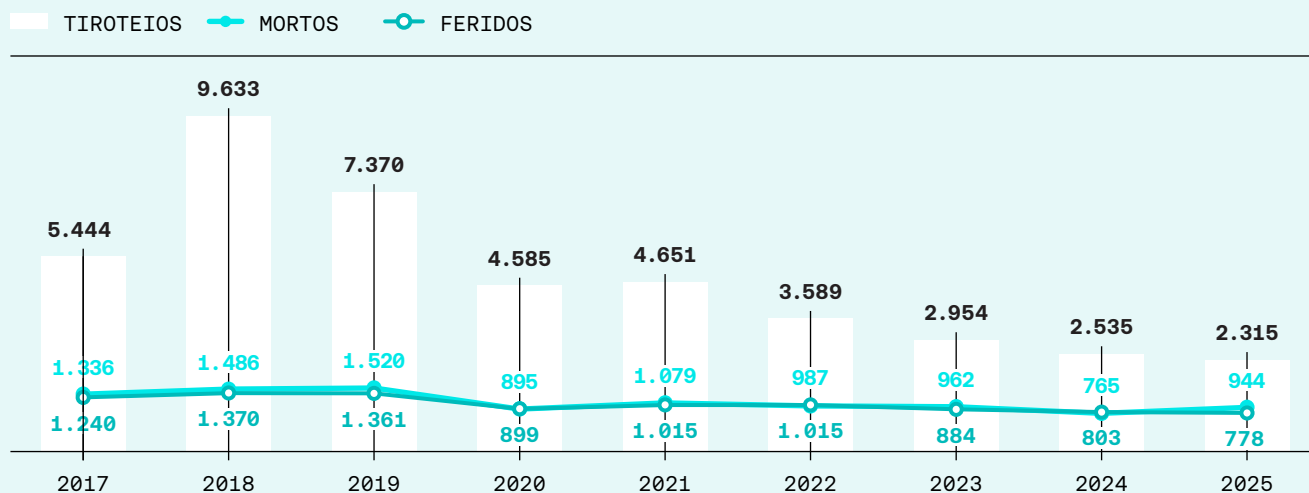
O estado lidera o ranking nacional de violência contra defensoras e defensores, com 103 casos registrados. Desses, 94% foram contra pessoas que atuam na defesa do meio ambiente e dos territórios. A contradição é evidente: o estado que foi casa da conferência climática mais importante do mundo não protege adequadamente aqueles que defendem a floresta e os direitos humanos em seu território.

A COP passou, as eleições de 2026 se aproximam. Abre-se uma janela de oportunidade para que o Pará coloque a segurança pública e a proteção das populações que defendem a Amazônia no centro do debate eleitoral. O padrão persistente na violência armada identificado demanda a formulação de políticas específicas de proteção a quilombolas, ribeirinhos, indígenas, comunidades extrativistas e jovens das periferias, bem como o controle da força policial, que insiste numa política letal. São muitas as contradições, todas incompatíveis com qualquer projeto genuíno de desenvolvimento sustentável para o estado. É hora de respostas institucionais imediatas e estruturantes.

¹¹ FONTE: JUSTIÇA GLOBAL. Na linha de frente 2022 - 2024. [S.l.] 2025. Disponível em: <https://www.global.org.br/blog/na-linha-de-frente-2022-2024/>. Acesso em: 03 dez. 2025.

RIO DE JANEIRO

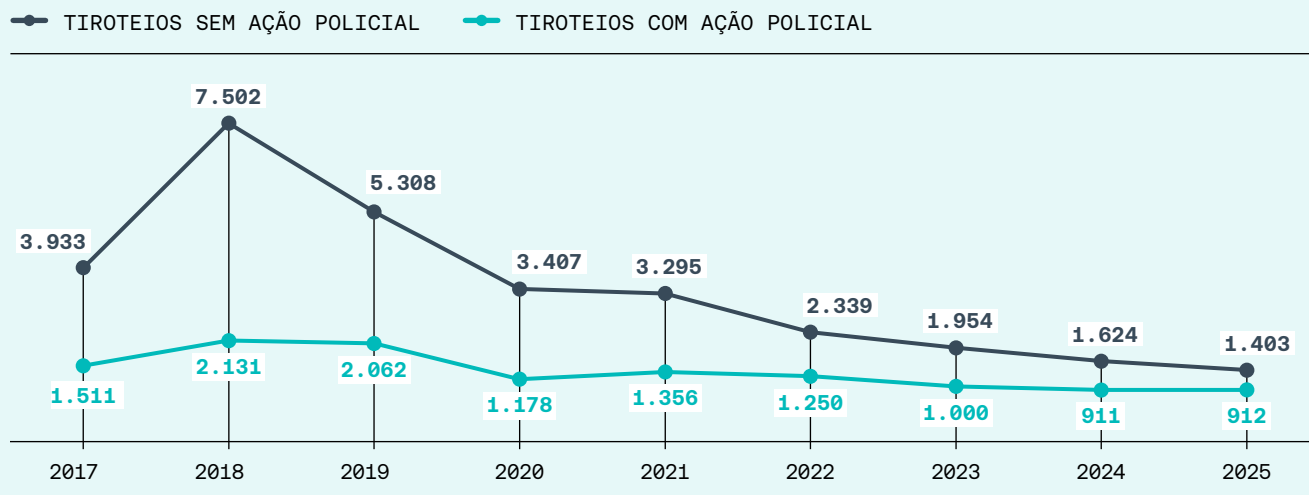
EVOLUÇÃO TEMPORAL DA VIOLÊNCIA ARMADA



2.315

FOI O NÚMERO DE TIROTEIOS REGISTRADOS EM 2025, RECORDE DE MENOR PATAMAR DE VIOLÊNCIA ARMADA DESDE 2017, QUANDO A SÉRIE HISTÓRICA COMEÇOU.

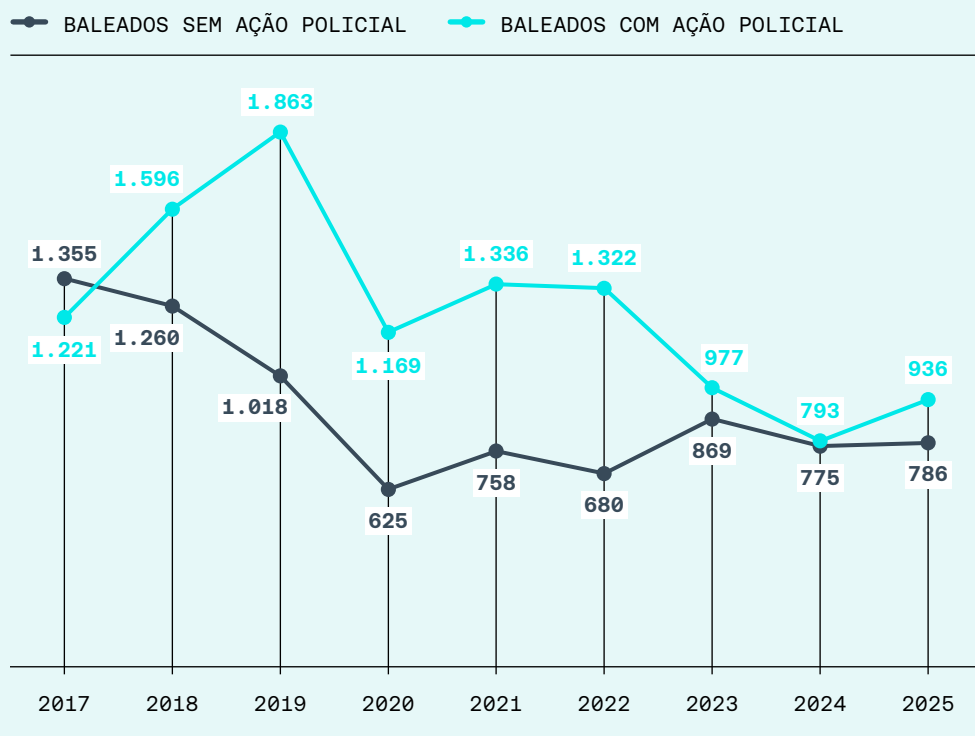
EVOLUÇÃO TEMPORAL DE TIROTEIOS



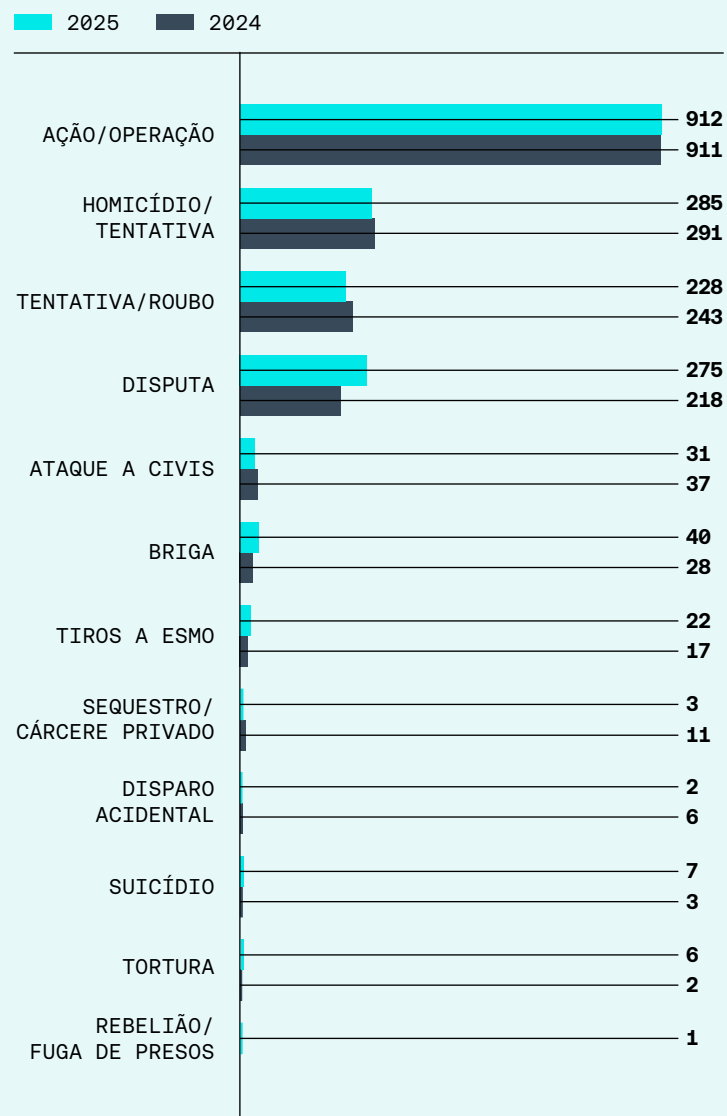
39%

DOS TIROTEIOS OCORRERAM EM AÇÕES POLICIAIS. APESAR DA REDUÇÃO EXPRESSIVA DA VIOLÊNCIA ARMADA, ESTA É A MAIOR PROPORÇÃO DE TIROTEIOS POLICIAIS JÁ REGISTRADOS PELO FOGO CRUZADO.

EVOLUÇÃO TEMPORAL DE BALEADOS

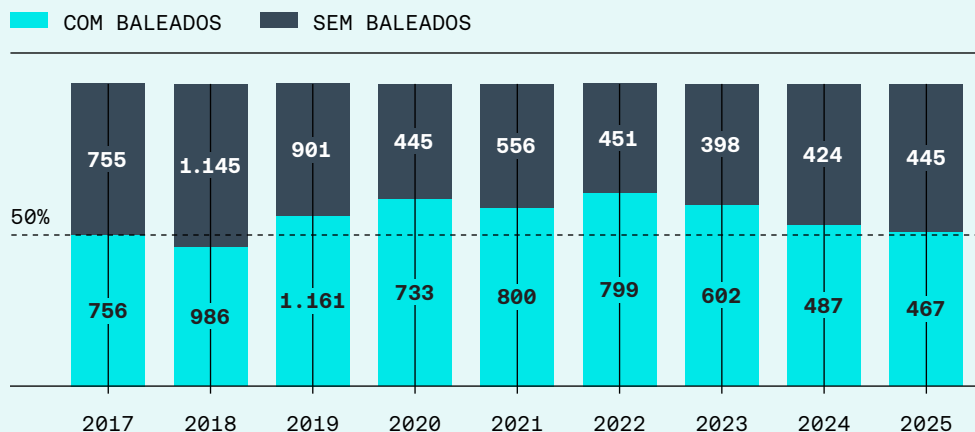


RANKING DE MOTIVOS DOS TIROTEIOS EM 2025

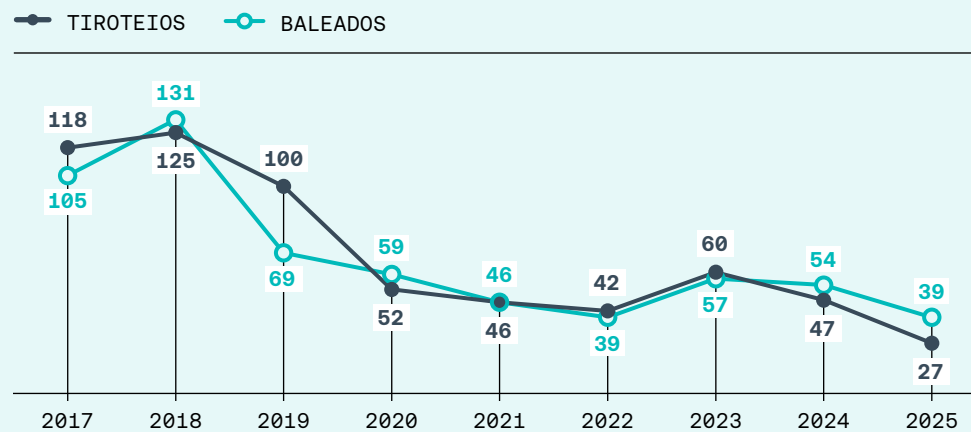


EM 2025, **DISPUTAS POR TERRITÓRIO AUMENTARAM 26%** EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR.

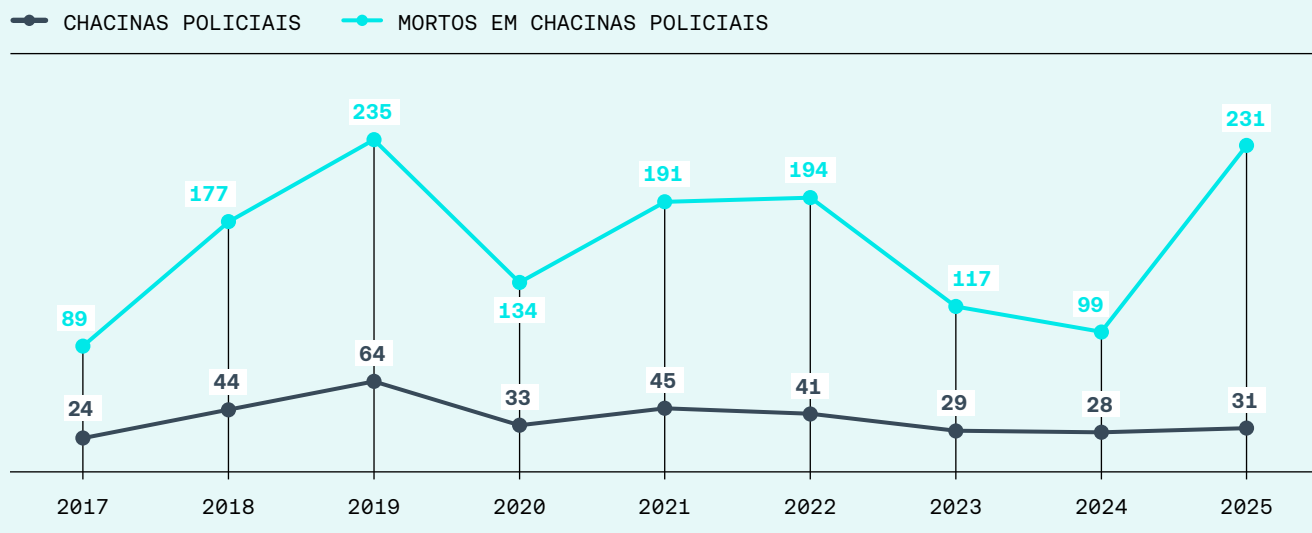
EVOLUÇÃO TEMPORAL DE TIROTEIOS EM AÇÃO/OPERAÇÃO POLICIAL




EVOLUÇÃO TEMPORAL DE PERSEGUIÇÕES POLICIAIS



EVOLUÇÃO TEMPORAL DE CHACINAS POLICIAIS



133%



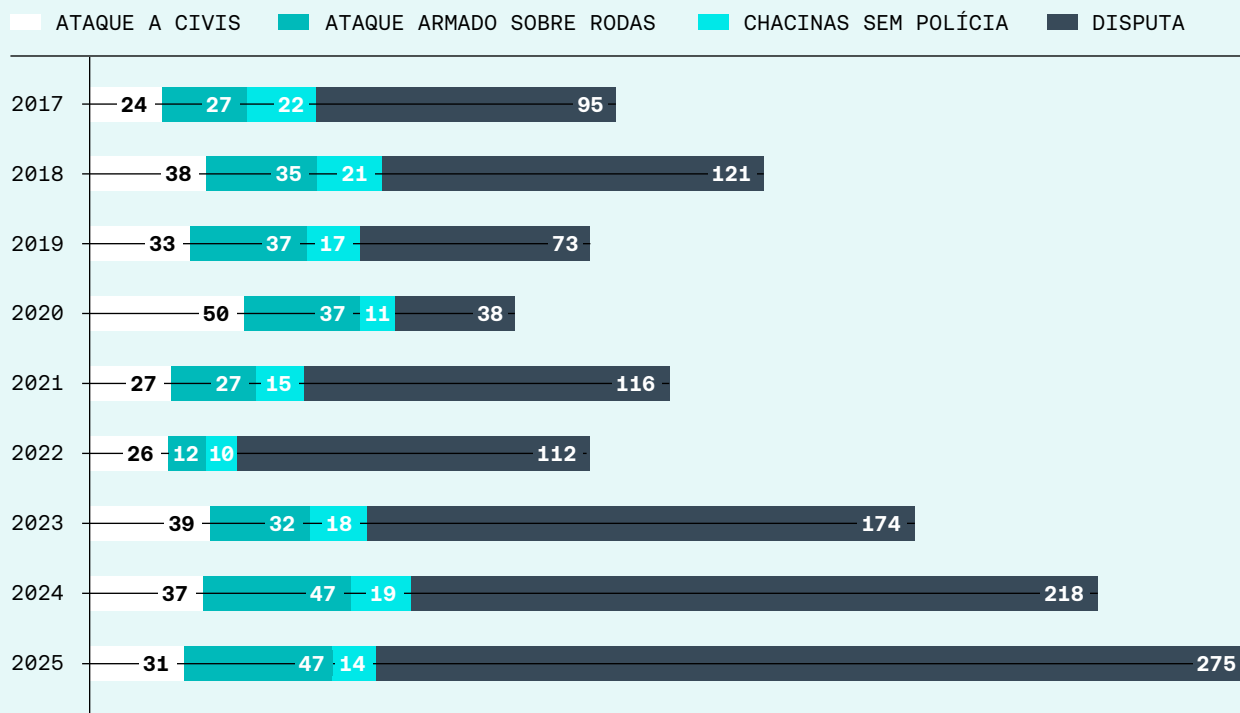
DE AUMENTO DE MORTOS EM CHACINAS POLICIAIS COMPARADO AO ANO ANTERIOR.



122

MORTOS NA MAIOR CHACINA POLICIAL JÁ REGISTRADA.

DISPUTA POR CONTROLE ARMADO POR TERRITÓRIOS



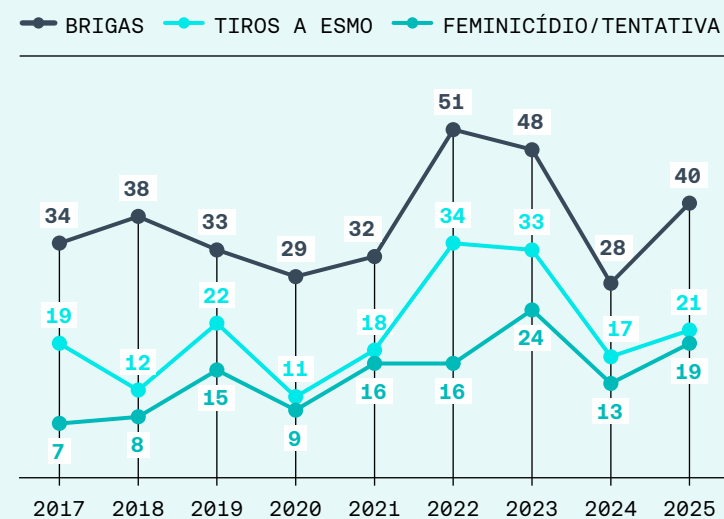
145%

DE CRESCIMENTO DAS DISPUTAS REGISTRADAS EM 3 ANOS.

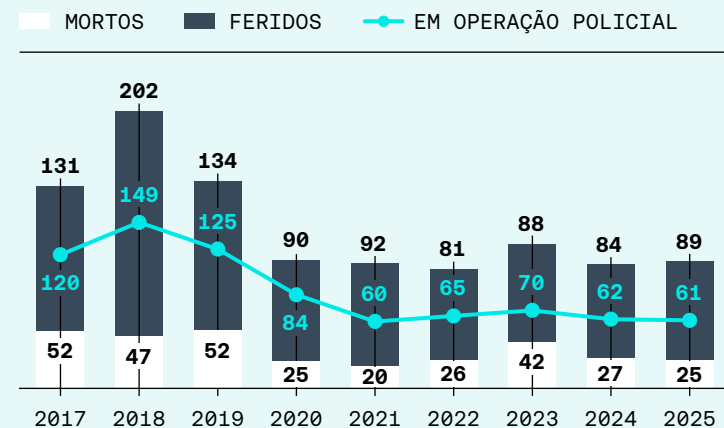


26% DE QUEDA NAS CHACINAS NÃO POLICIAIS EM RELAÇÃO AO ANO PASSADO.

DESCONTROLE DA VIOLÊNCIA ARMADA



VÍTIMAS DE BALAS PERDIDAS



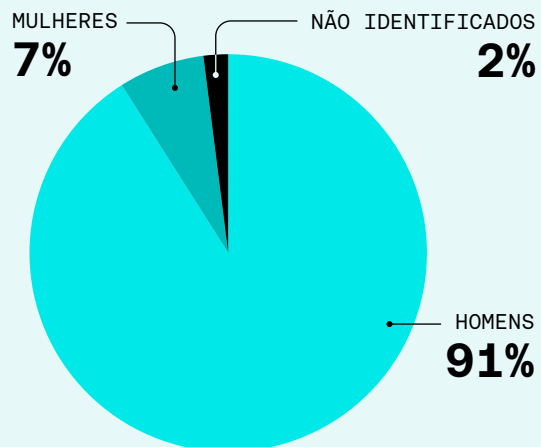
NÚMERO DE BALEADOS

1.722

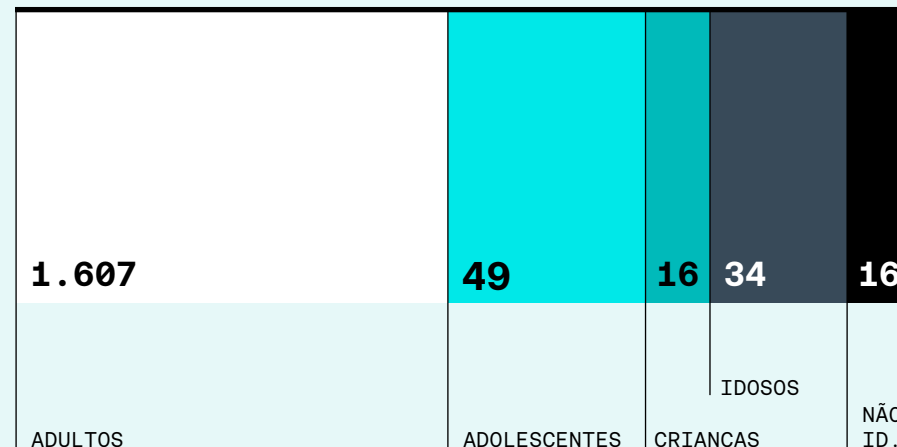
RAÇA NÃO IDENTIFICADA

78%

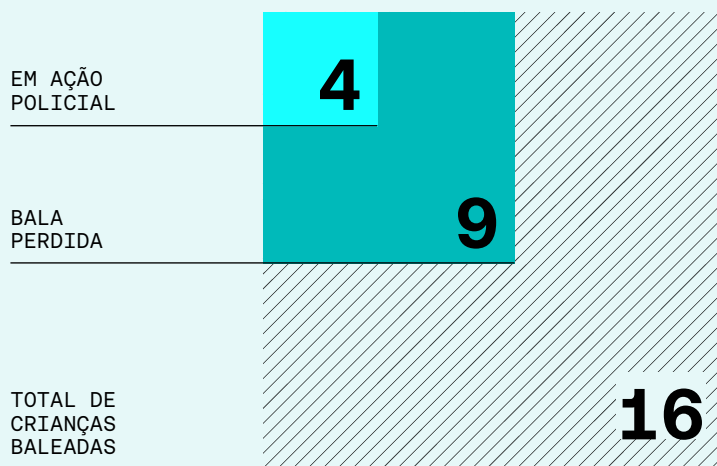
GÊNERO DAS VÍTIMAS



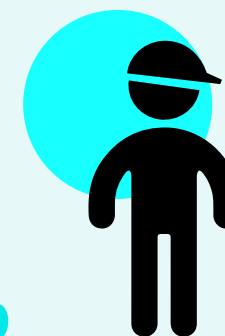
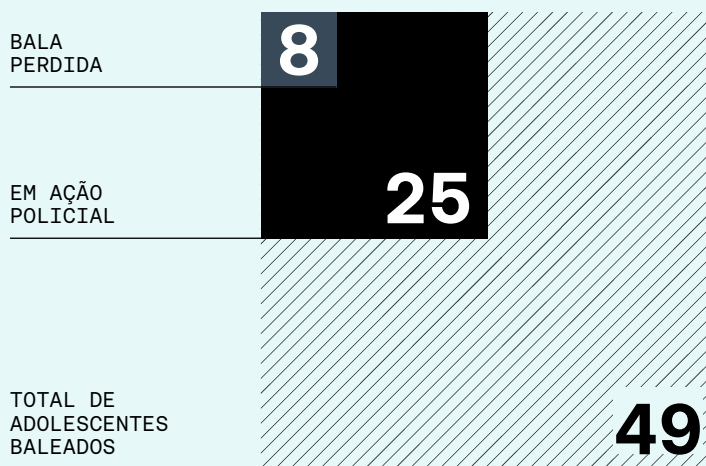
GRUPO ETÁRIO DAS VÍTIMAS



CRIANÇAS BALEADAS: CIRCUNSTÂNCIA



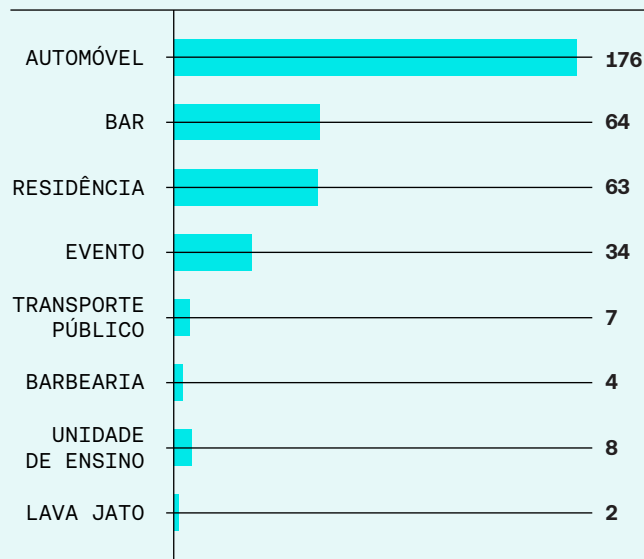
ADOLESCENTES BALEADOS: CIRCUNSTÂNCIA



29%

DE AUMENTO DE ADOLESCENTES BALEADOS QUANDO COMPARADO AO ANO ANTERIOR.

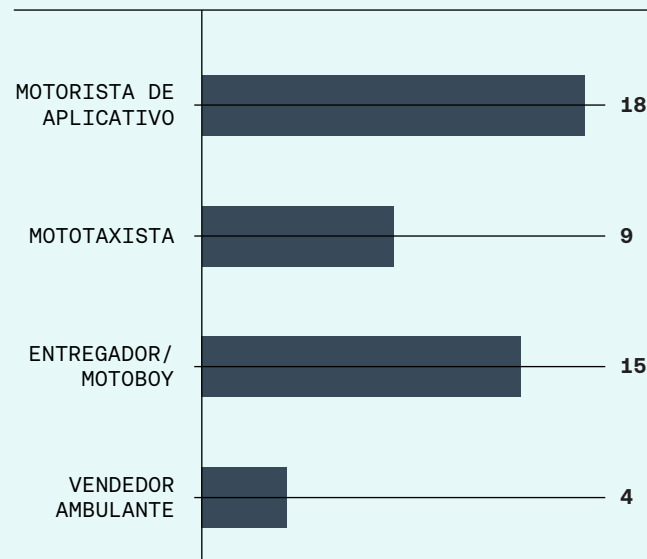
BALEADOS POR LOCAL



8

BALEADOS EM UNIDADES DE ENSINO, MAIOR NÚMERO DESDE 2017, QUANDO COMEÇOU A SÉRIE HISTÓRICA.

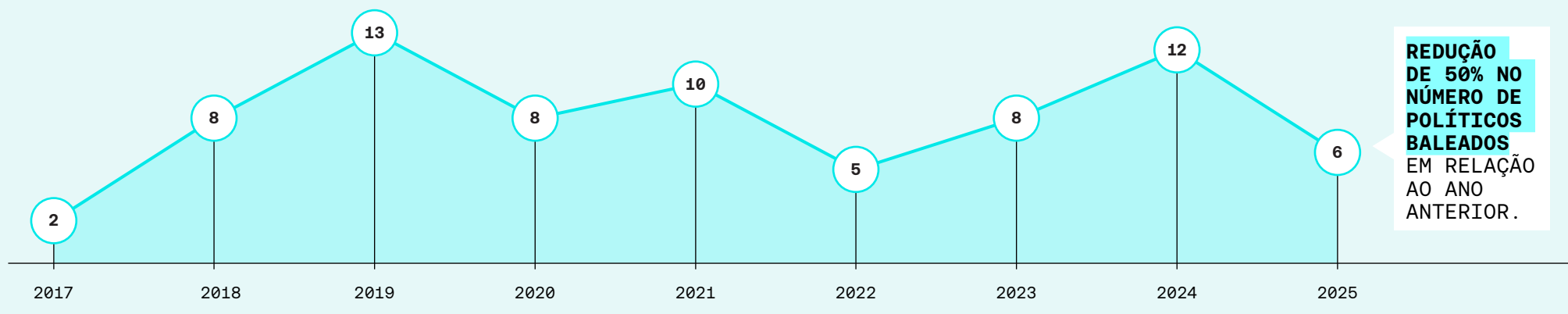
TRABALHADORES INFORMAIS BALEADOS



18

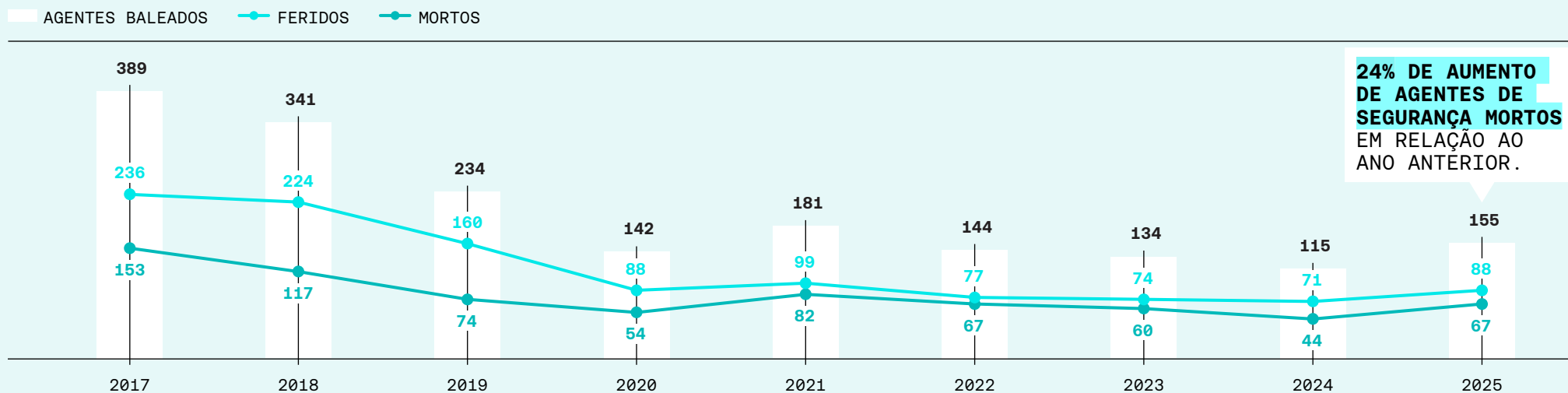
MOTORISTAS DE APLICATIVO BALEADOS. PELO SEGUNDO ANO CONSECUTIVO, MAIOR NÚMERO DESDE 2017.

EVOLUÇÃO TEMPORAL DE POLÍTICOS BALEADOS

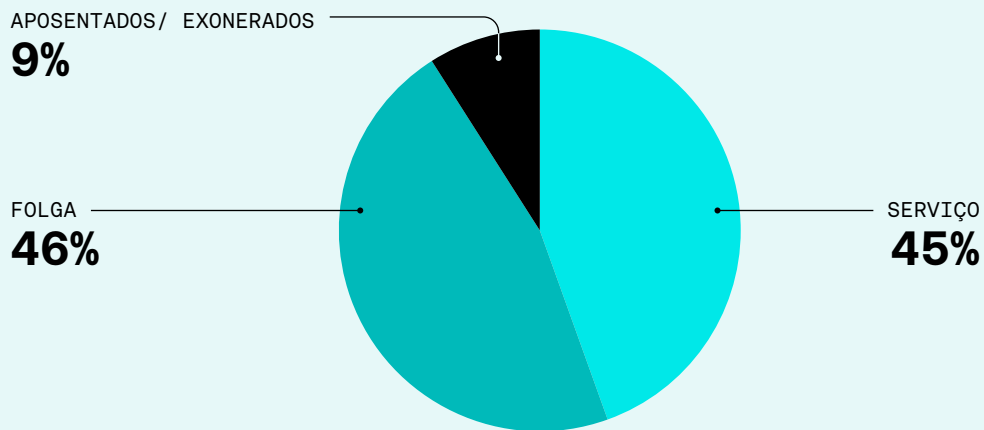


REDUÇÃO DE 50% NO NÚMERO DE POLÍTICOS BALEADOS EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR.

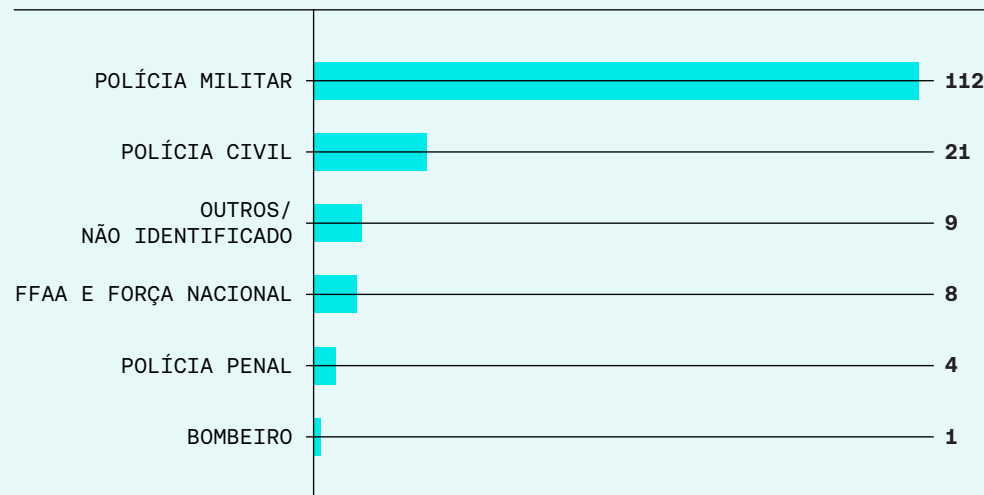
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE AGENTES BALEADOS



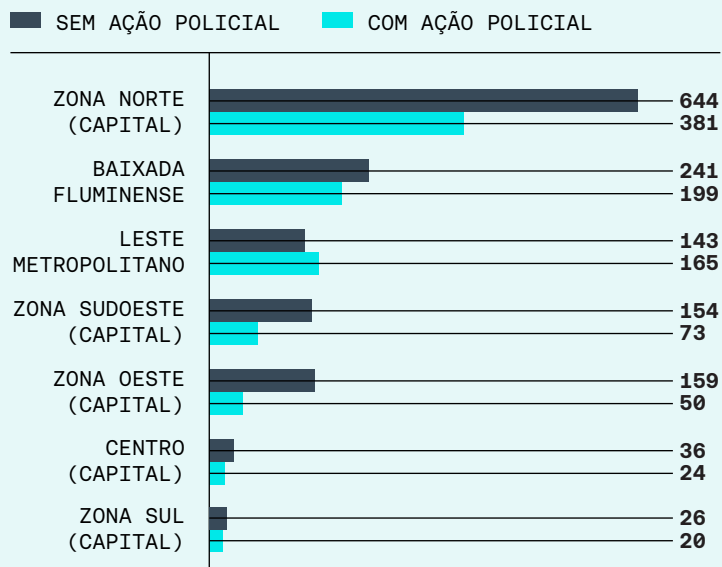
SITUAÇÃO DOS AGENTES BALEADOS



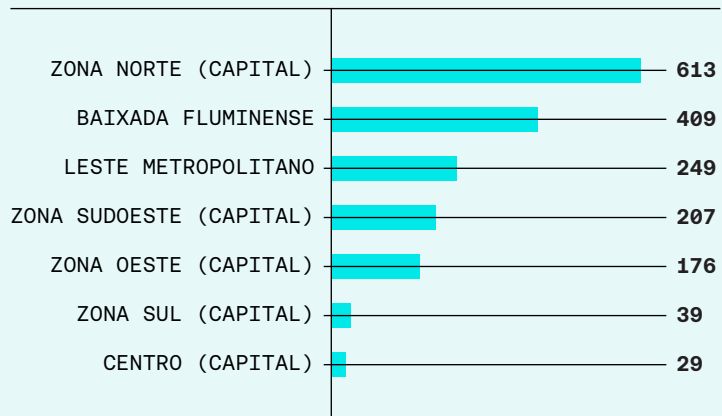
CORPORAÇÃO DOS AGENTES BALEADOS



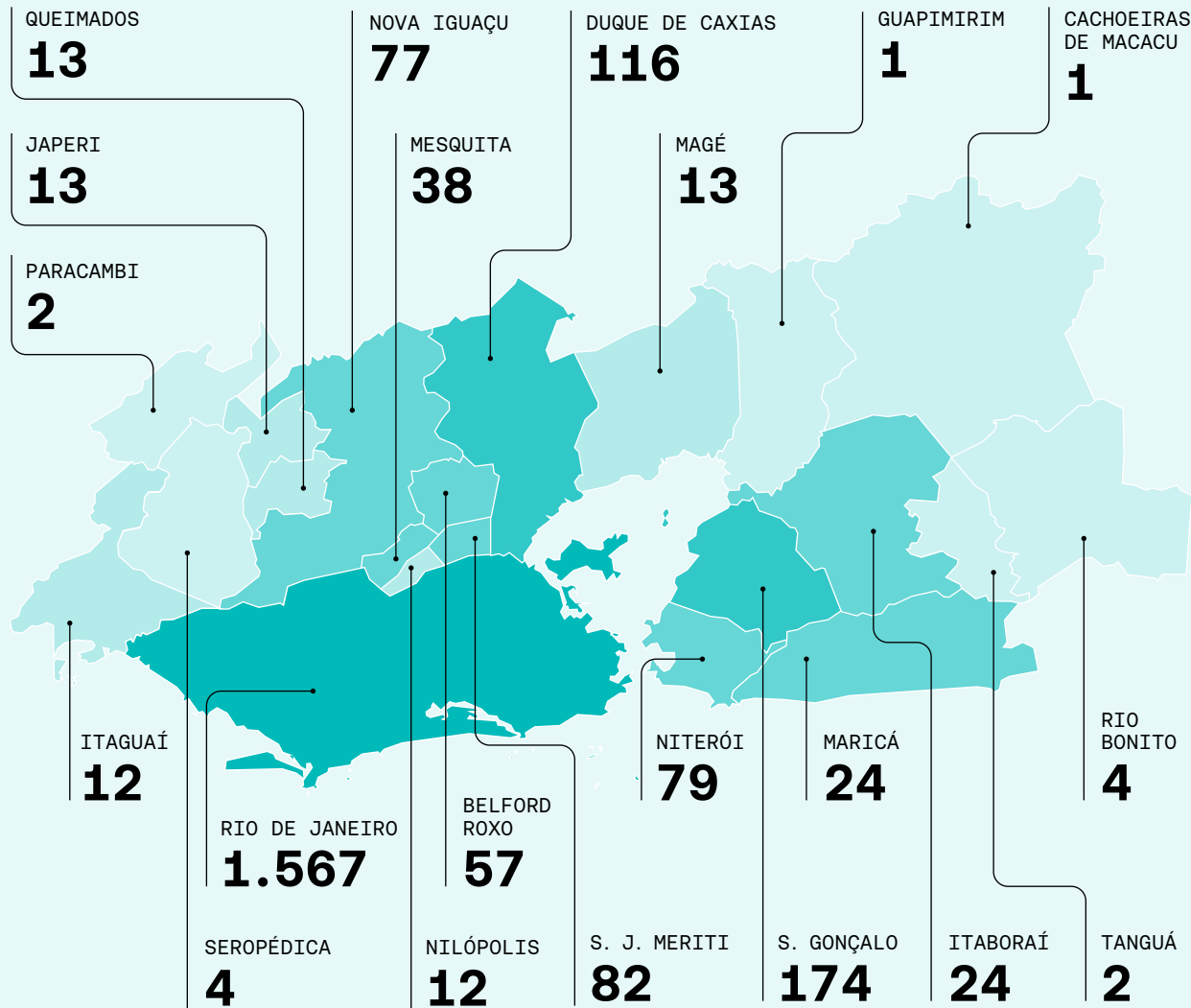
TIROTEIOS POR REGIÃO



BALEADOS POR REGIÃO



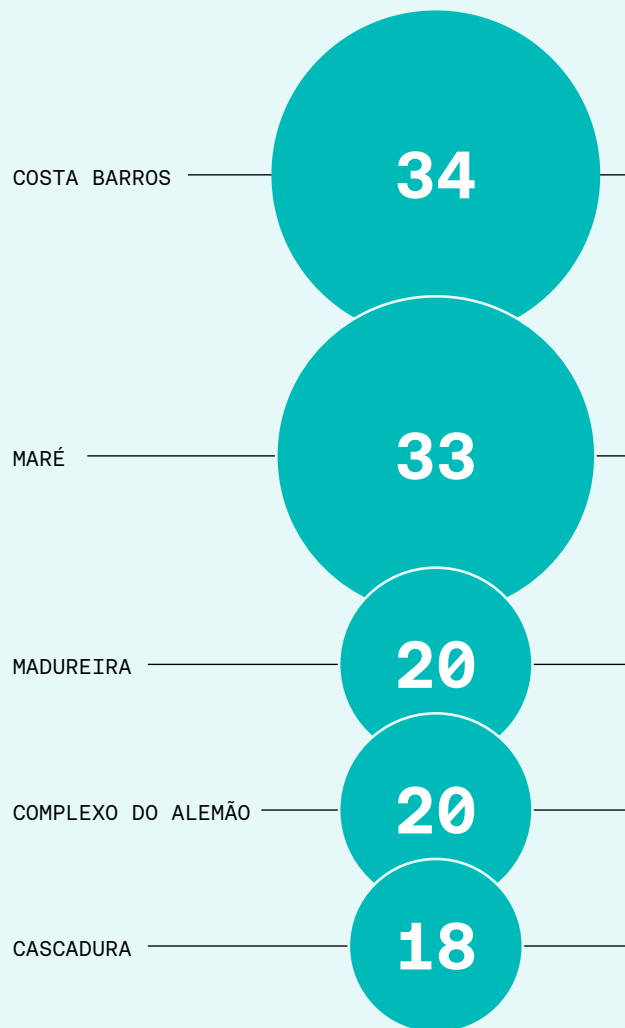
TIROTEIOS POR MUNICÍPIO



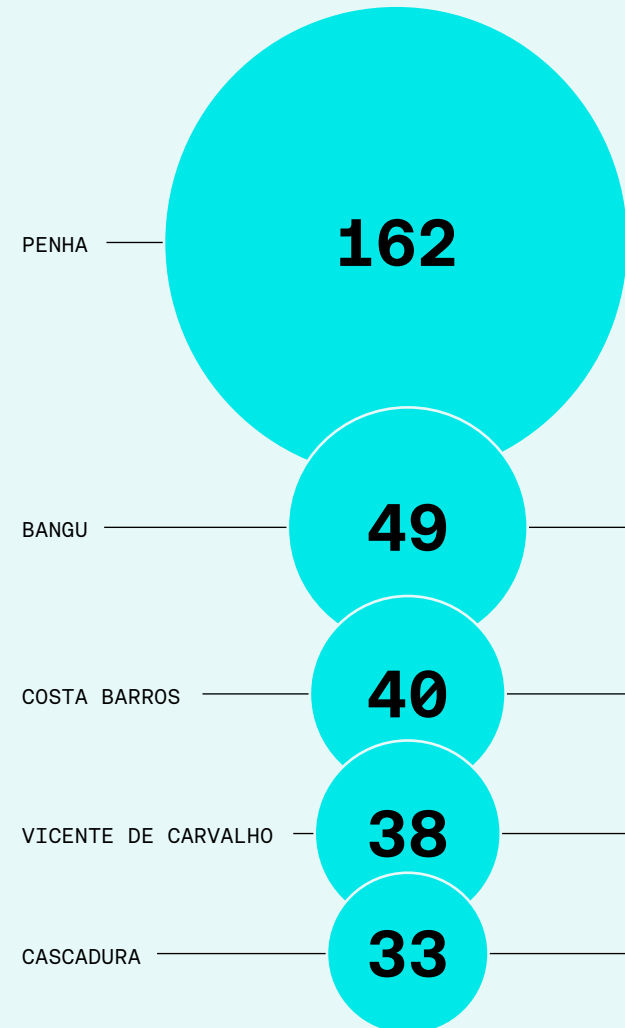
RANKING DOS BAIRROS COM MAIS TIROTEIOS

CASCADURA	126
VILA ISABEL	98
VICENTE DE CARVALHO	71
MARÉ	63
BANGU	54
COSTA BARROS	53
MADUREIRA	49
CAMPINHO	42
TIJUCA	30
BARROS FILHO	28

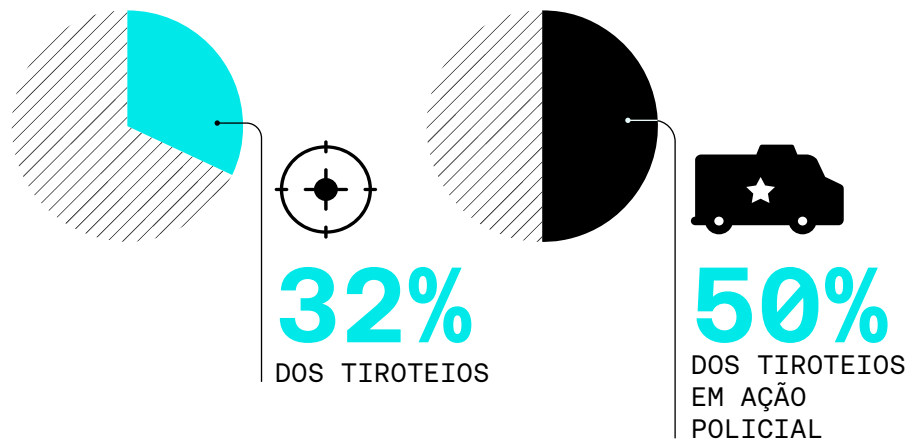
RANKING DOS BAIRROS COM MAIS AÇÕES/OPERAÇÕES POLICIAIS



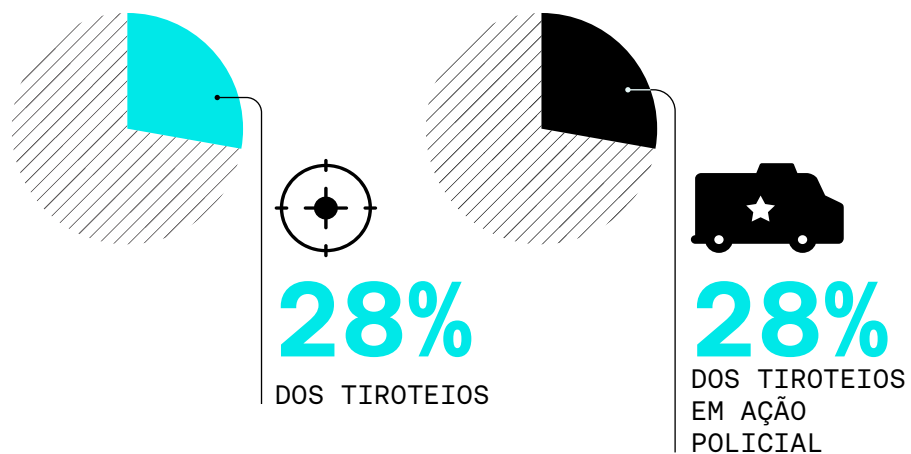
RANKING DOS BAIRROS COM MAIS BALEADOS



NO ENTORNO DE ESCOLAS OCORRERAM:

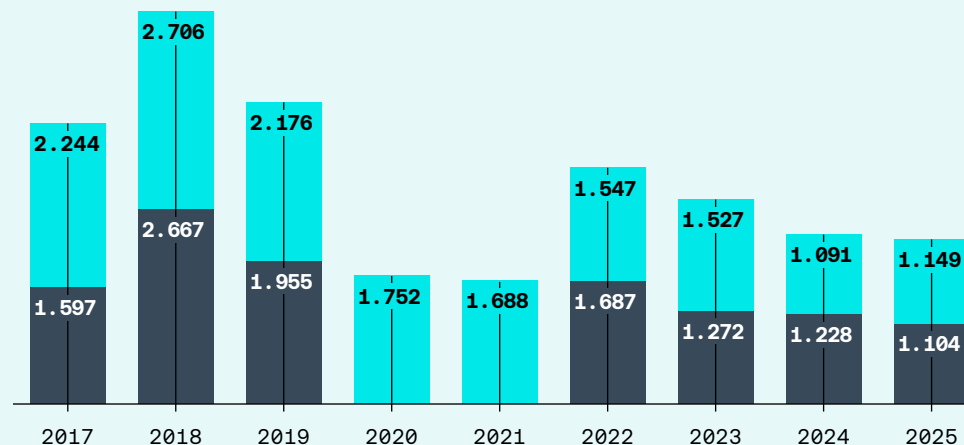


NO ENTORNO DE UNIDADES DE SAÚDE OCORRERAM:

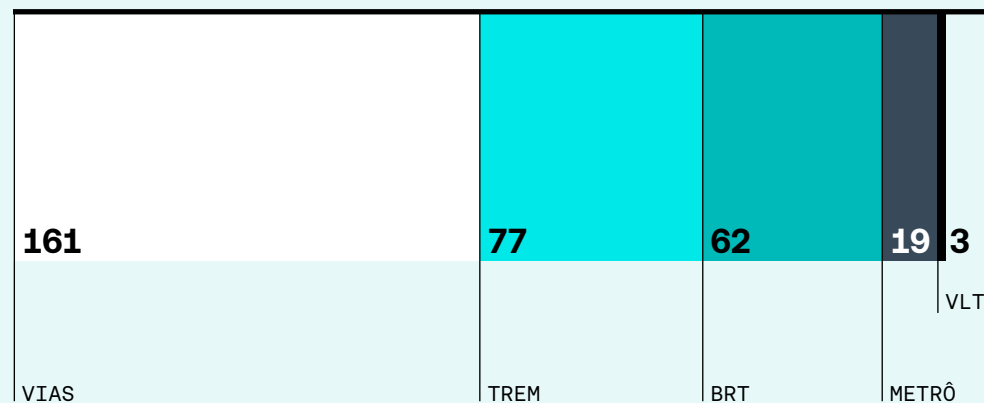


SERVIÇOS AFETADOS

UNIDADES DE ENSINO AFETADAS UNIDADES DE SAÚDE AFETADAS



TIROTEIOS PRÓXIMOS A CORREDORES DE TRANSPORTE



BAHIA



TIROTEIOS

1.505



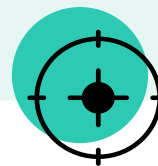
TIROTEIOS EM AÇÃO

662



MORTOS

1.212



FERIDOS

313

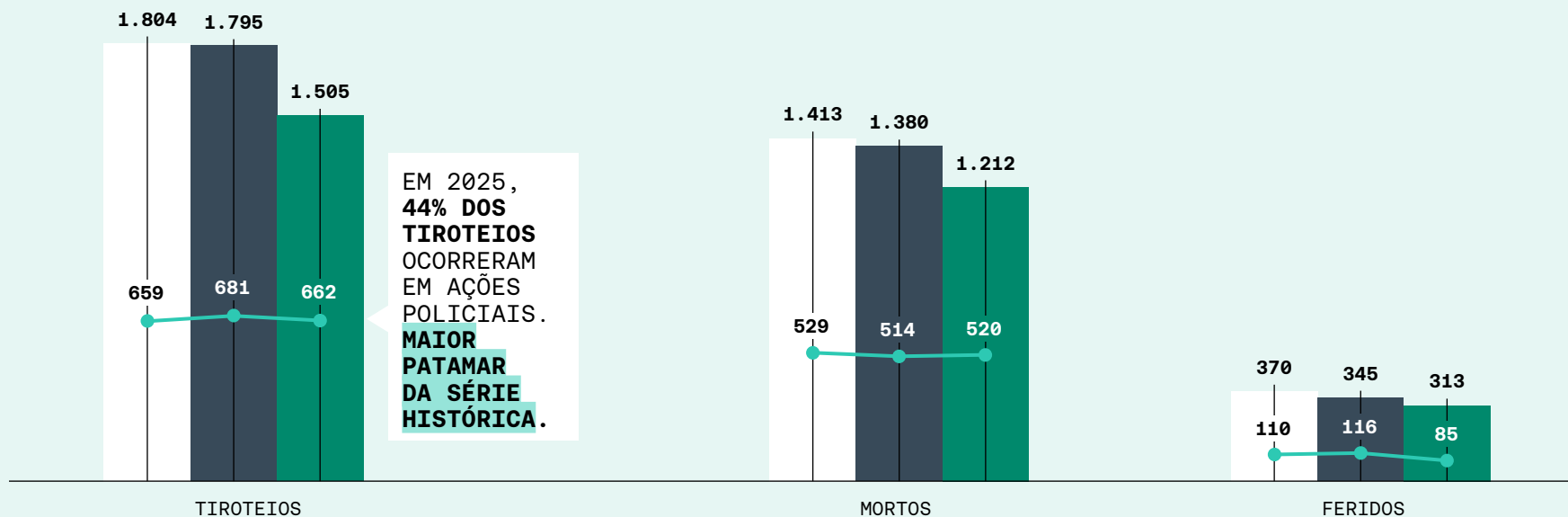


BALEADOS EM AÇÃO

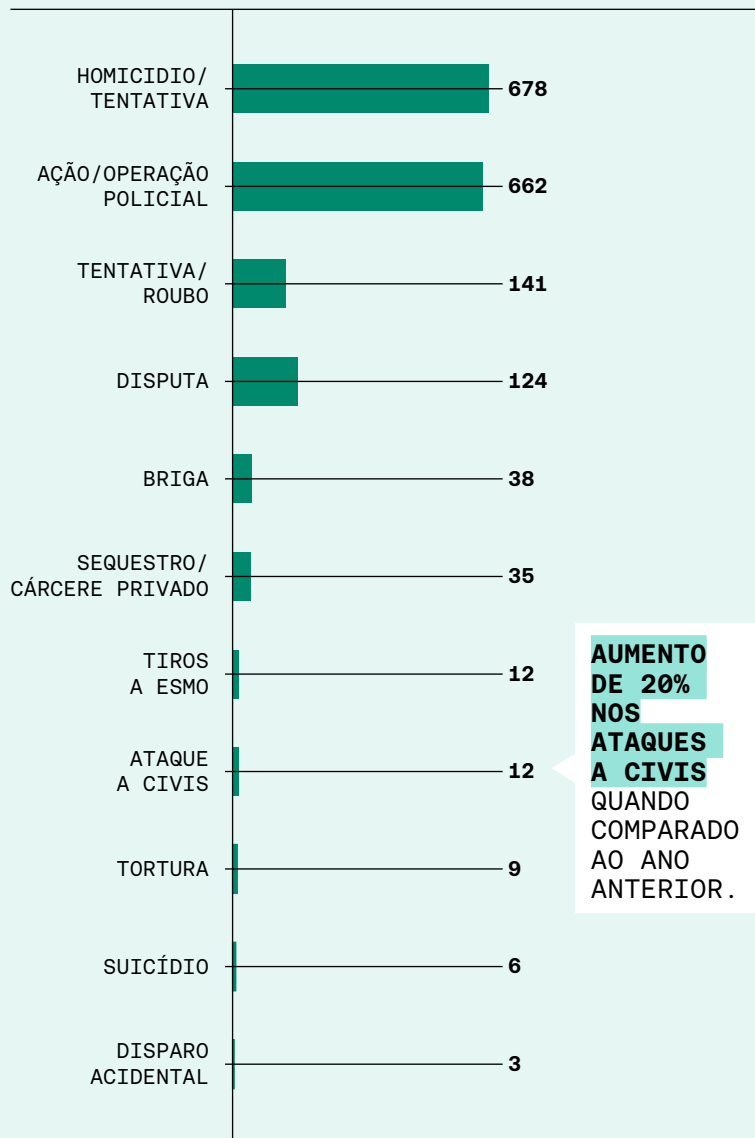
605

EVOLUÇÃO TEMPORAL DA VIOLÊNCIA ARMADA

2023 2024 2025 EM AÇÃO POLICIAL

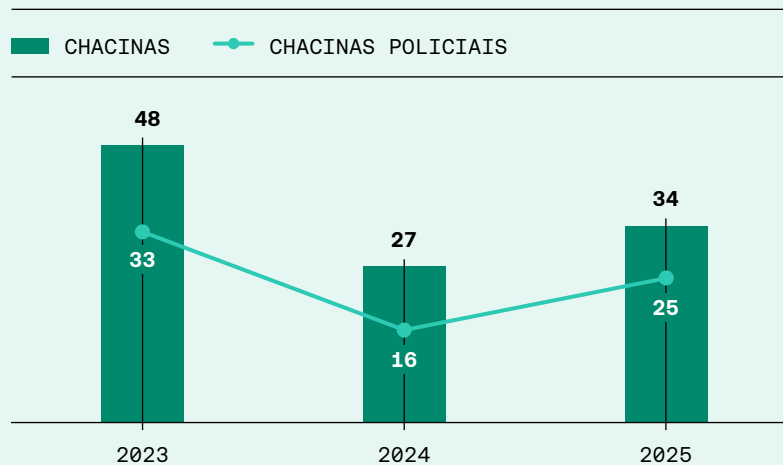


RANKING DE MOTIVOS DOS TIROTEIOS

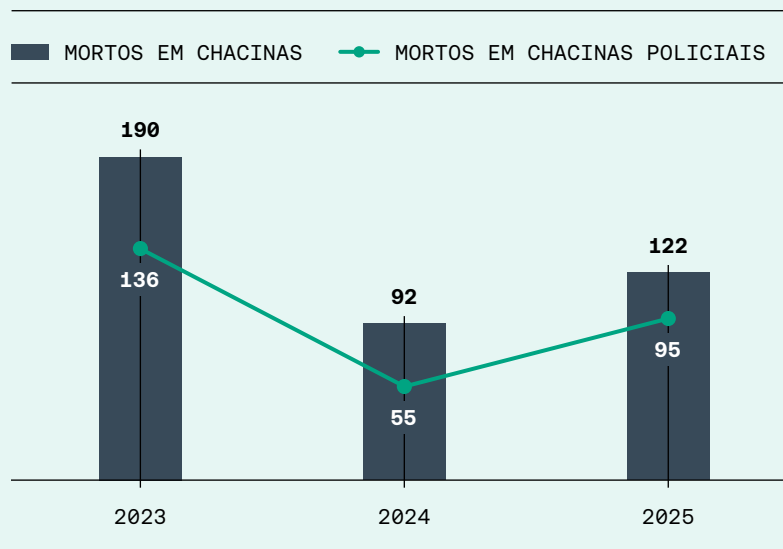


AUMENTO DE 20% NOS ATAQUES A CIVIS QUANDO COMPARADO AO ANO ANTERIOR.

EVOLUÇÃO TEMPORAL DE CHACINAS



EVOLUÇÃO TEMPORAL DE MORTOS EM CHACINAS



82%
DE AUMENTO DE **MORTOS EM CHACINAS POLICIAIS** QUANDO COMPARADO AO ANO ANTERIOR.

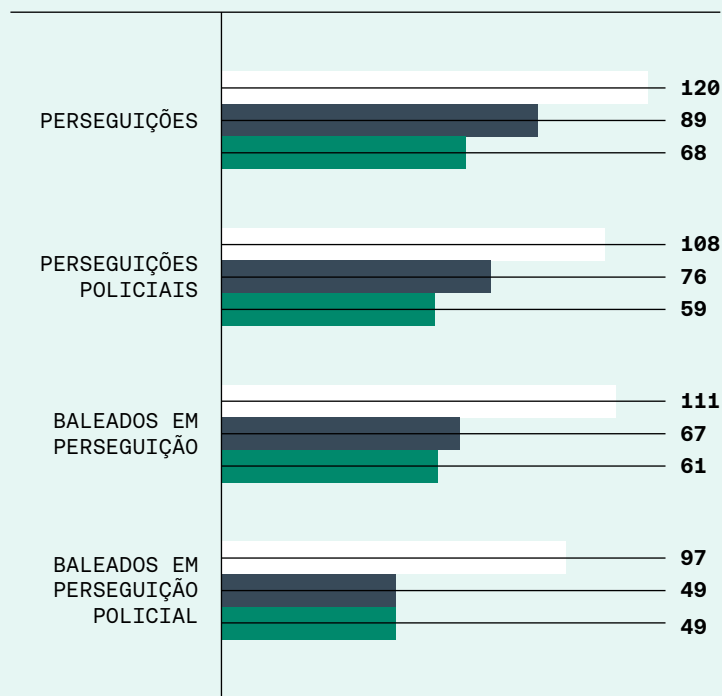
23%

DE QUEDA DE BALEADOS EM ATAQUE ARMADO SOBRE RODAS QUANDO COMPARADO AO ANO ANTERIOR.



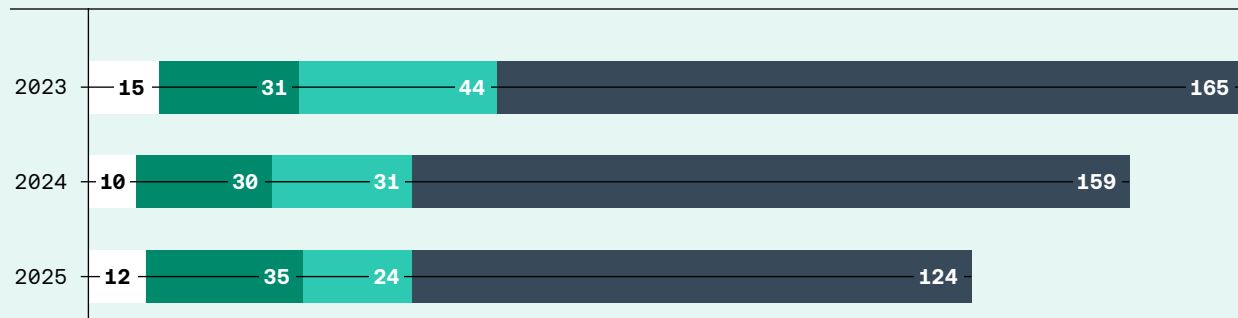
PERSEGUIÇÕES POLICIAIS

2023 2024 2025



DISPUTA POR CONTROLE DE TERRITÓRIO

ATAQUE A CIVIS SEQUESTRO/CÁRCERE PRIVADO ATAQUE ARMADO SOBRE RODAS DISPUTA



DESCONTROLE DA VIOLÊNCIA ARMADA

ASSALTOS/TENTATIVA BRIGAS FEMINICÍDIO/TENTATIVA BALAS PERDIDAS



AUMENTO DE 61% NOS FEMINICÍDIOS/TENTATIVAS QUANDO COMPARADO AO ANO ANTERIOR.

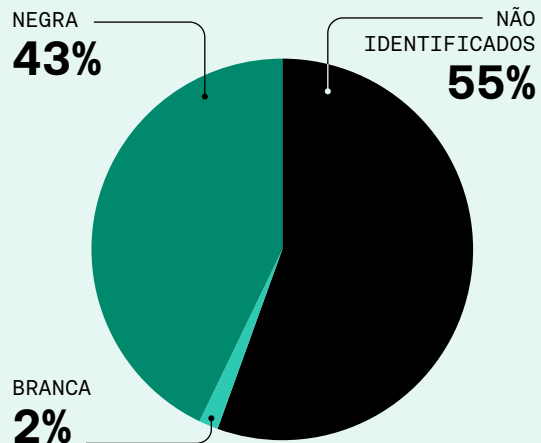
NÚMERO DE BALEADOS

1.525

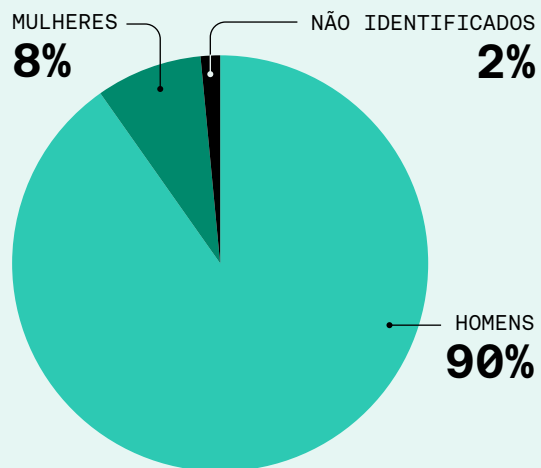
PROPORÇÃO DE MORTOS

79%

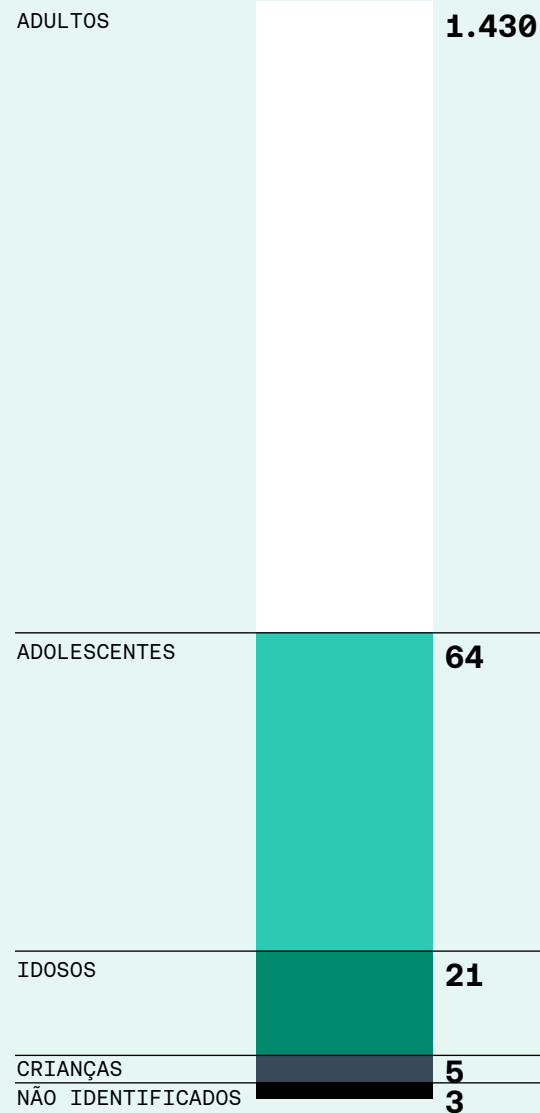
COR DAS VÍTIMAS



GÊNERO DAS VÍTIMAS



GRUPO ETÁRIO DAS VÍTIMAS



21%

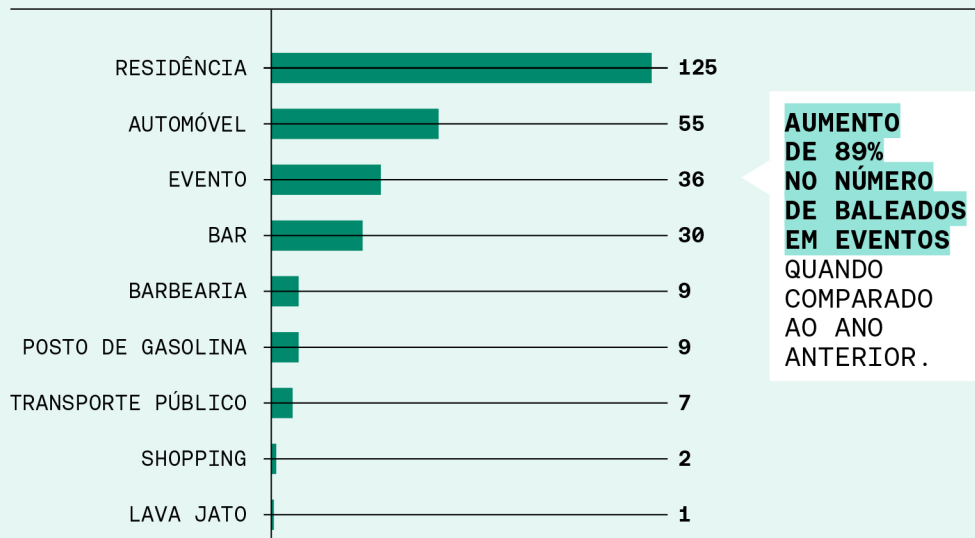
DE AUMENTO DE ADOLESCENTES BALEADOS QUANDO COMPARADO AO ANO ANTERIOR.



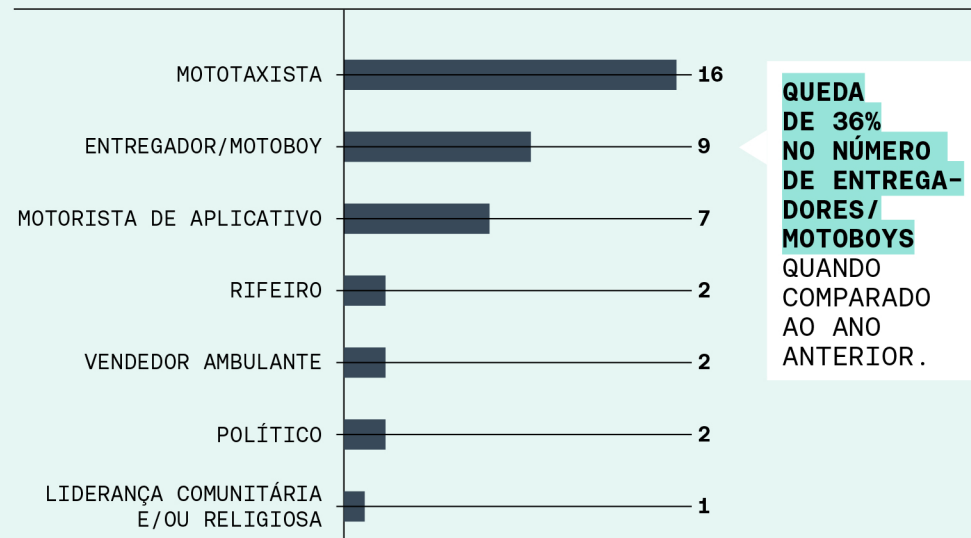
27%

DOS ADOLESCENTES FORAM BALEADOS EM AÇÃO POLICIAL.

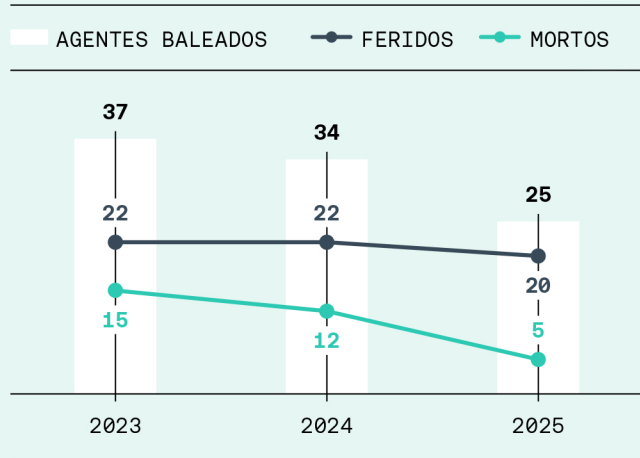
BALEADOS POR LOCAL



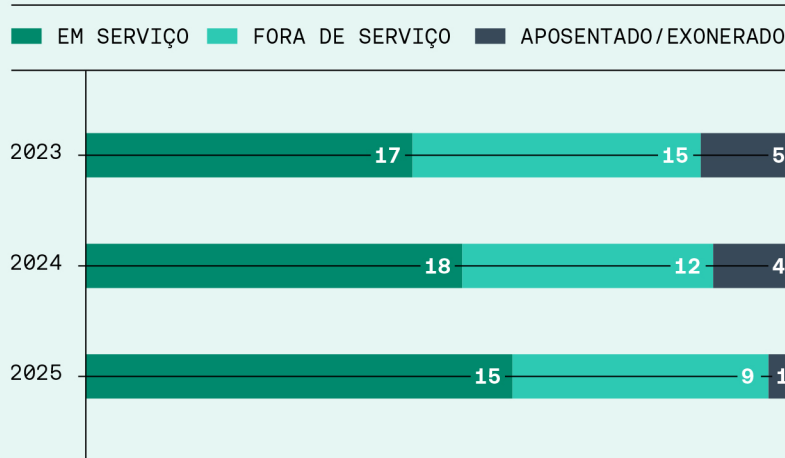
BALEADOS POR PROFISSÃO



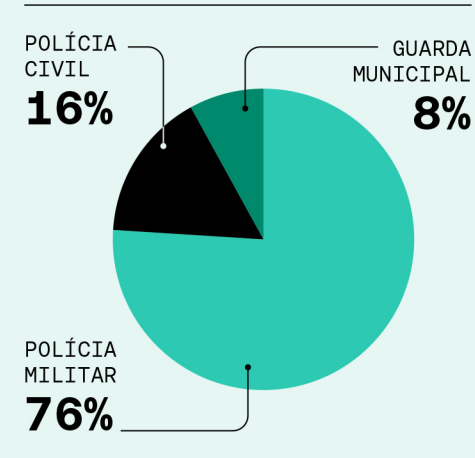
EVOLUÇÃO TEMPORAL DE AGENTES BALEADOS



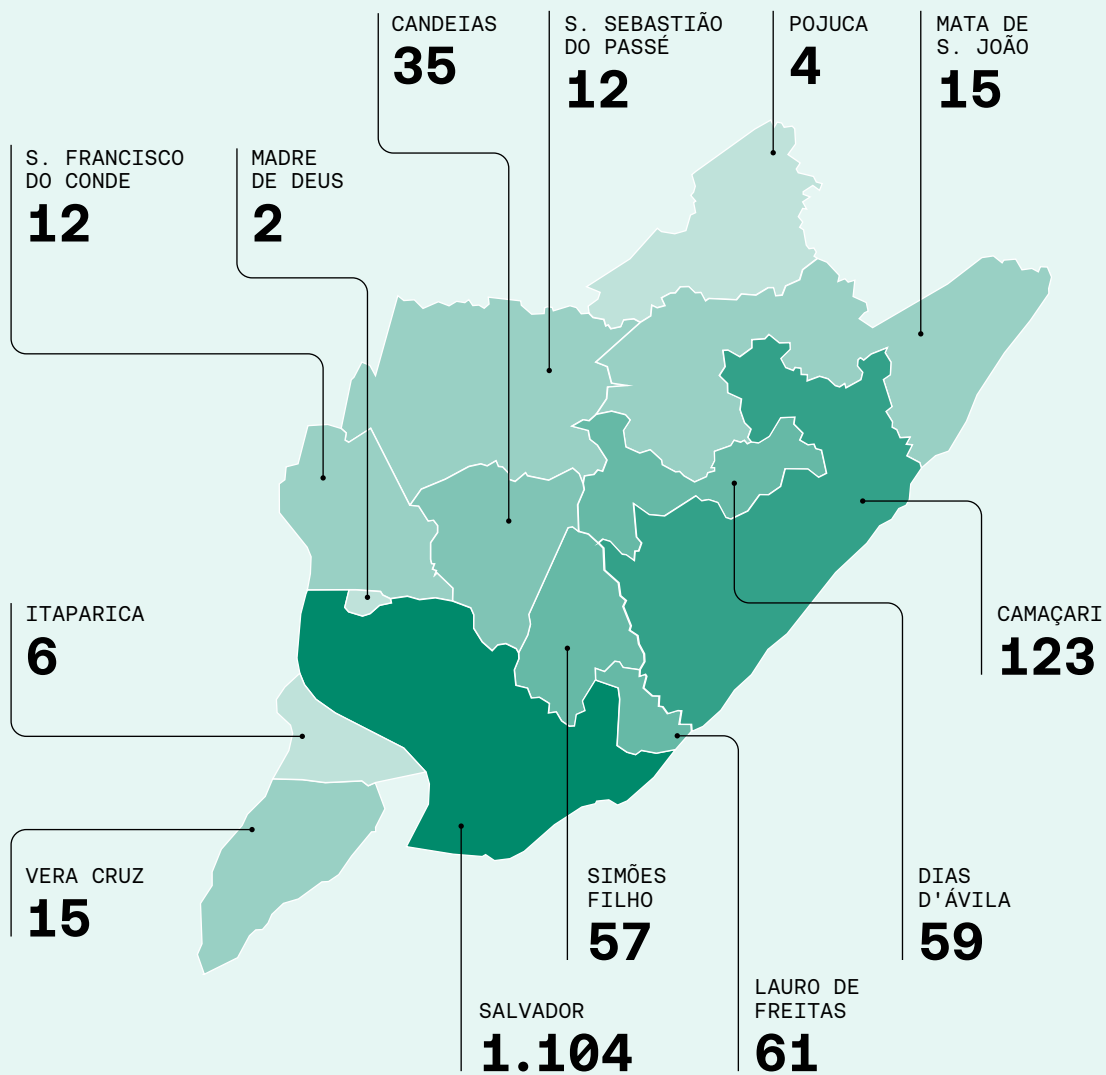
STATUS DOS AGENTES BALEADOS



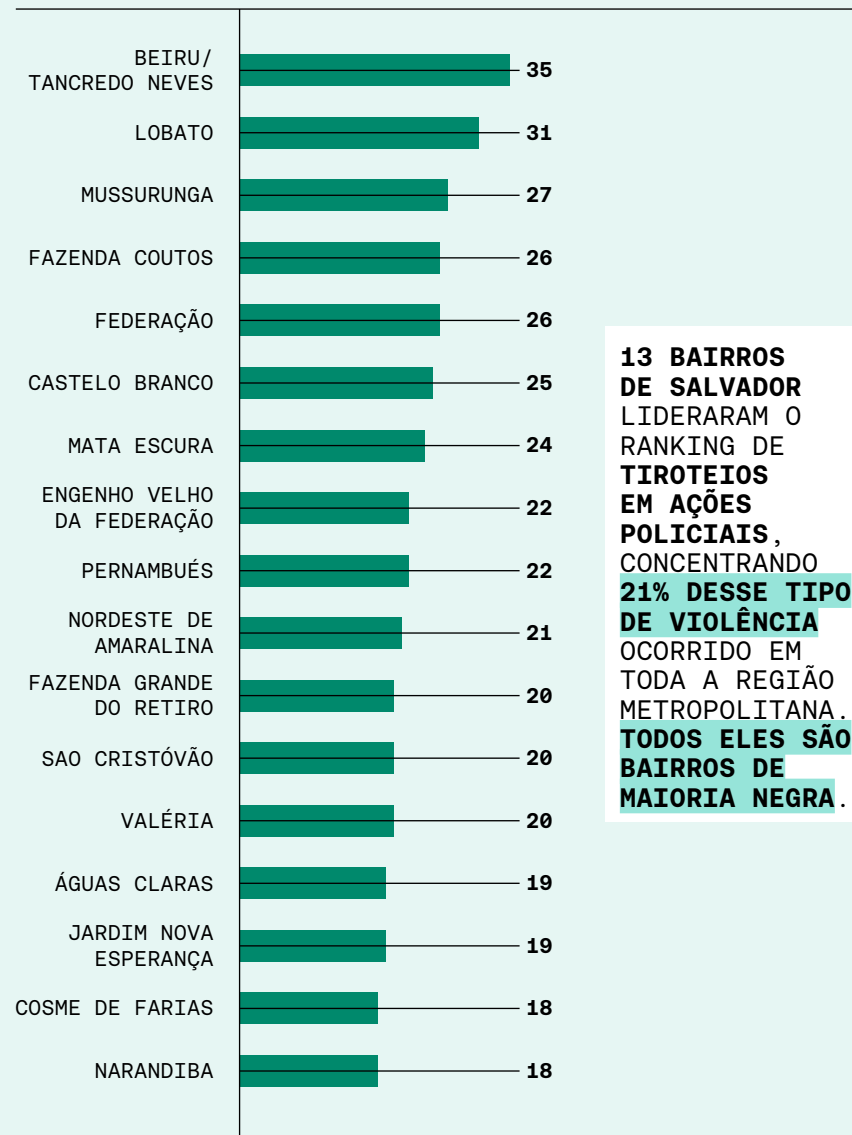
AGENTES BALEADOS POR FORÇA



TIROTEIOS EM SALVADOR E REGIÃO METROPOLITANA

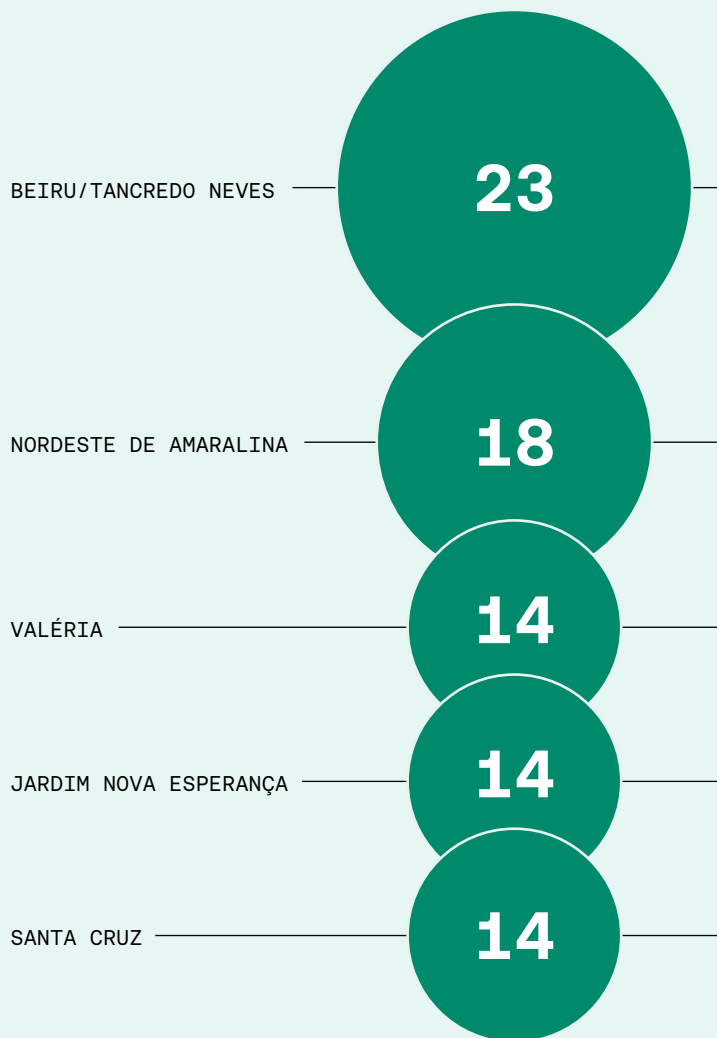


RANKING DOS BAIRROS COM MAIS TIROTEIOS

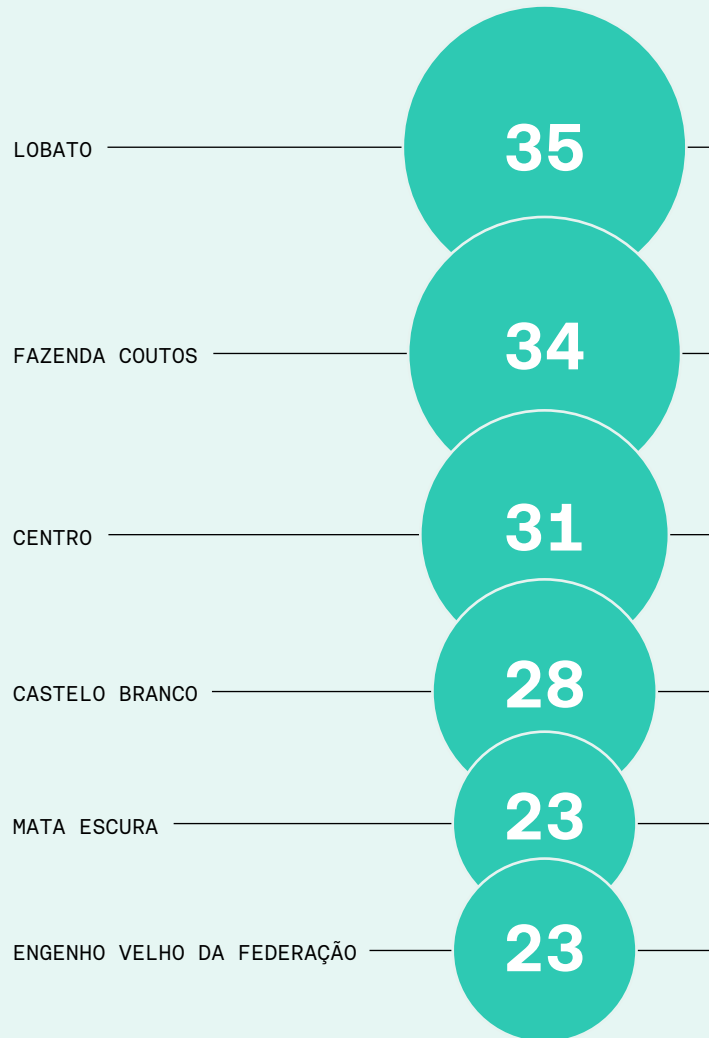


13 BAIRROS DE SALVADOR LIDERARAM O RANKING DE TIROTEIOS EM AÇÕES POLICIAIS, CONCENTRANDO 21% DESSE TIPO DE VIOLÊNCIA OCORRIDO EM TODA A REGIÃO METROPOLITANA. TODOS ELES SÃO BAIRROS DE MAIORIA NEGRA.

RANKING DOS BAIROS COM MAIS TIROTEIOS EM AÇÃO POLICIAL

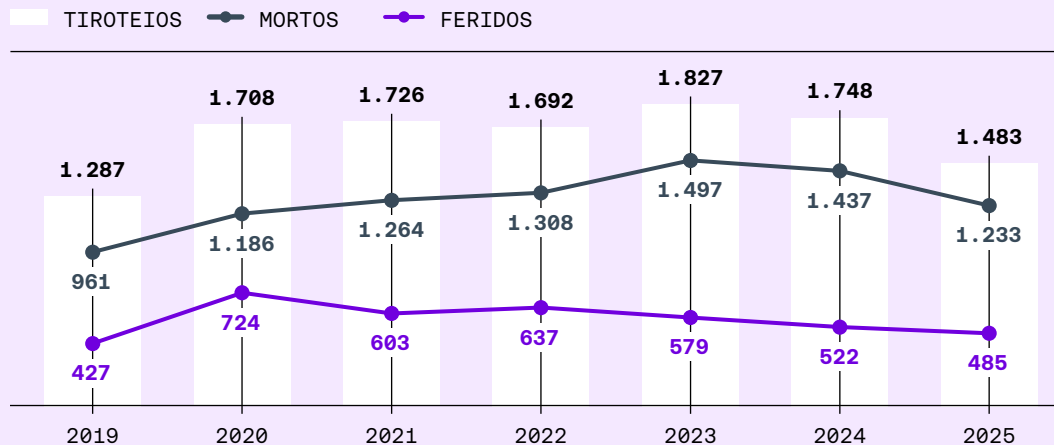


RANKING DOS BAIROS COM MAIS BALEADOS



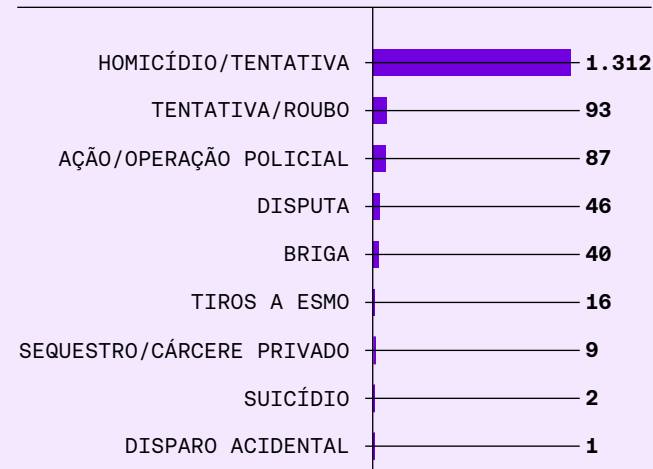
PERNAMBUCO

EVOLUÇÃO TEMPORAL DA VIOLÊNCIA ARMADA

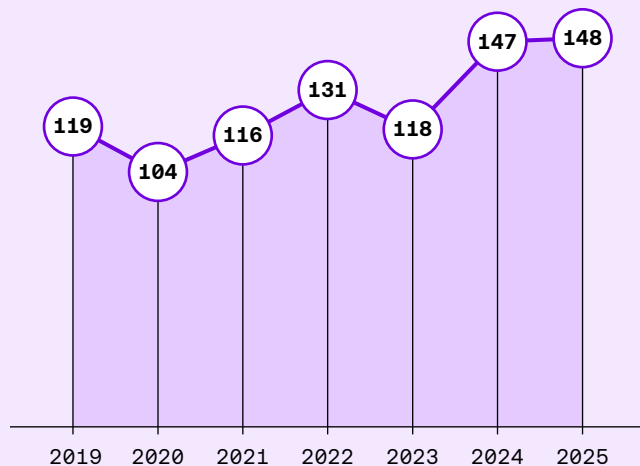


15% DE QUEDA NO NÚMERO DE TIROTEIOS EM RELAÇÃO A 2024.

RANKING DE MOTIVOS DOS TIROTEIOS



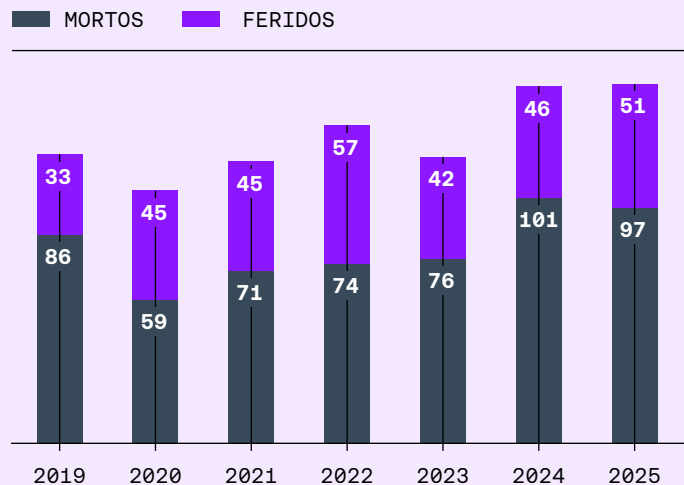
CRIANÇAS E ADOLESCENTES BALEADOS



148
CRIANÇAS E ADOLESCENTES BALEADOS EM 2025. MAIOR NÚMERO DA SÉRIE HISTÓRICA QUE COMEÇOU EM 2019.

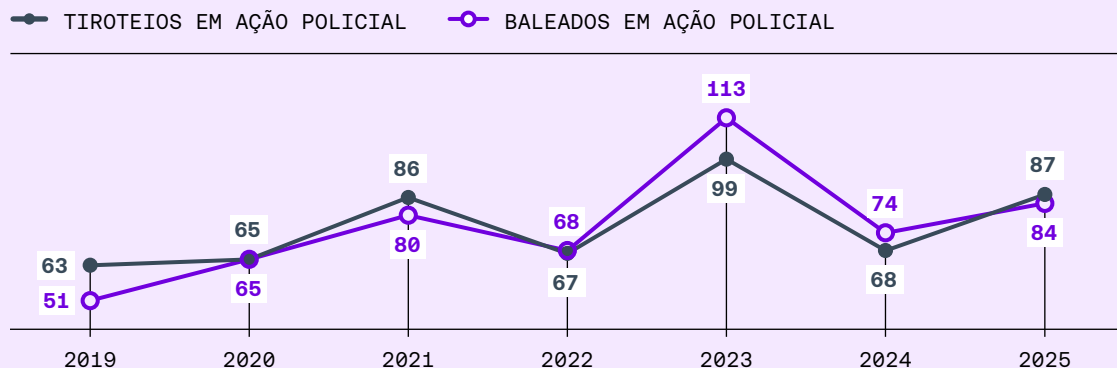


CRIANÇAS E ADOLESCENTES MORTOS E FERIDOS

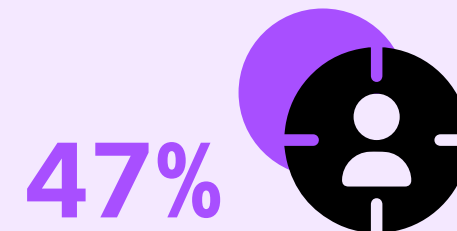


AUMENTO DE 11% DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES FERIDOS COMPARADO COM O ANO ANTERIOR.

EVOLUÇÃO TEMPORAL COM TIROTEIOS E BALEADOS EM AÇÃO POLICIAL

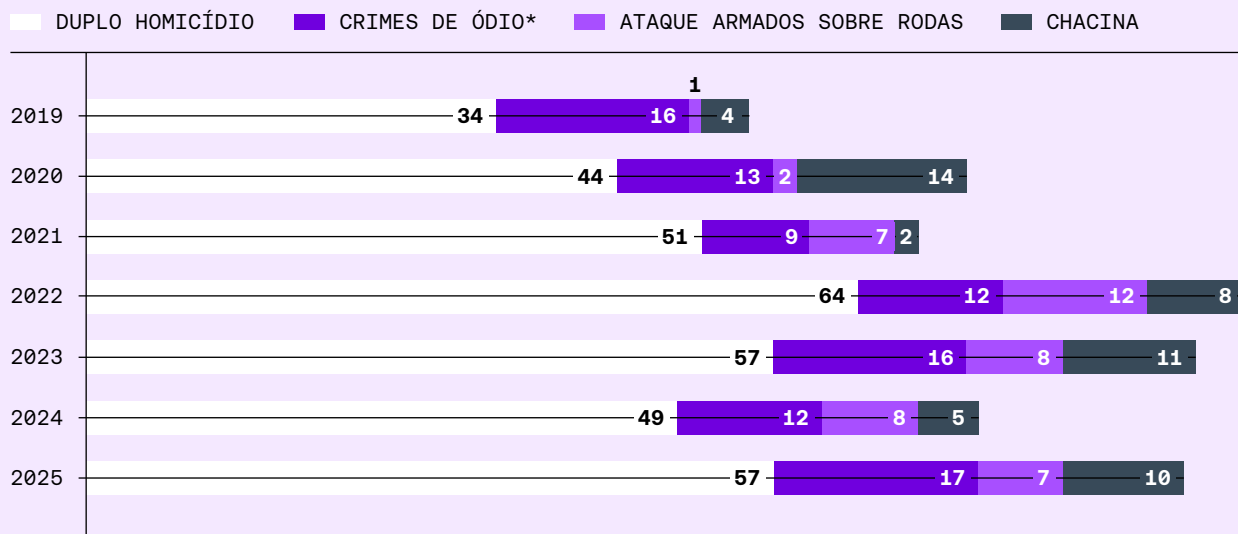


AÇÕES POLICIAIS REPRESENTAM MENOS DE 6% DA VIOLÊNCIA ARMADA E CAÍRAM EM 2025.



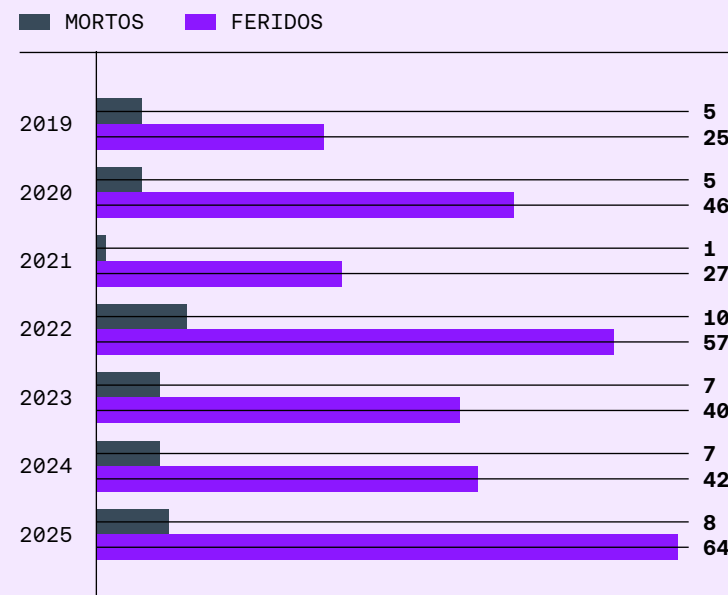
47% DE AUMENTO NOS REGISTROS DE **VÍTIMAS DE BALA PERDIDA** EM 2025. **MAIOR REGISTRO DA SÉRIE HISTÓRICA.**

DESCONTOLE DA VIOLÊNCIA ARMADA



* FEMINICÍDIO, TRANSFOBIA E INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

VÍTIMAS DE BALA PERDIDA



NÚMERO DE BALEADOS

1.718

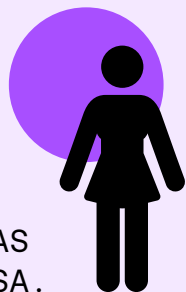
RAÇA NÃO IDENTIFICADA

44%

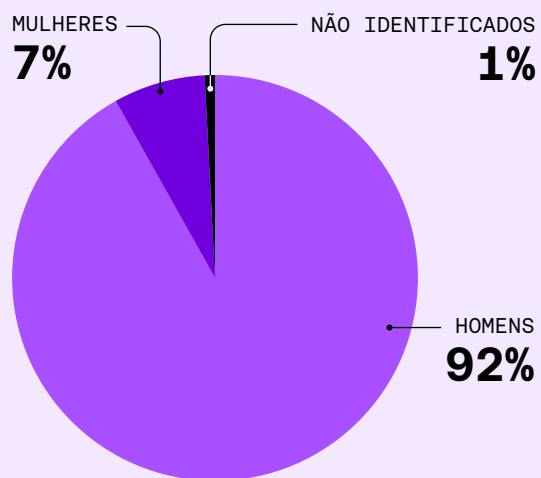
BALEADOS EM CASA

13%

22%
DAS MULHERES FORAM BALEADAS DENTRO DE CASA.

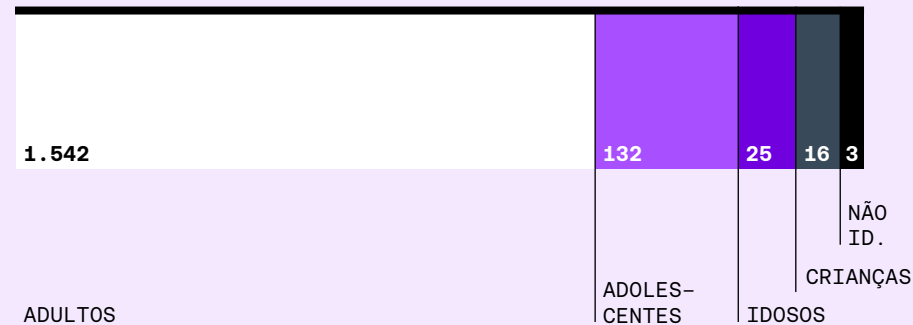


GÊNERO DAS VÍTIMAS



36% DE AUMENTO DE VÍTIMAS DE FEMINICÍDIO OU TENTATIVA DE FEMINICÍDIO EM 2025.

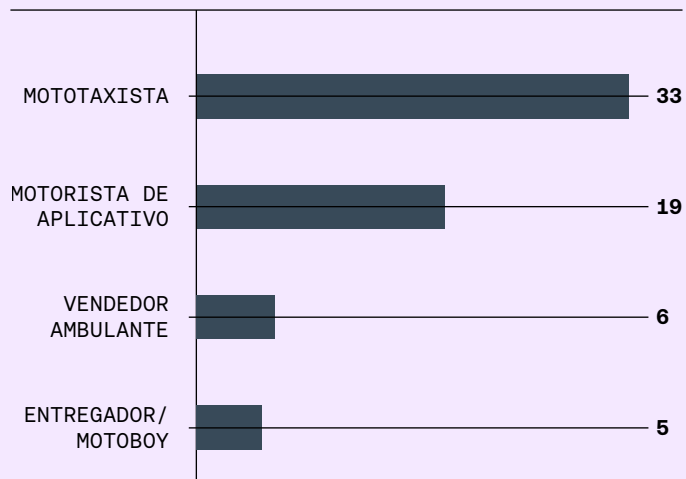
GRUPO ETÁRIO DAS VÍTIMAS



BALEADOS POR LOCAL



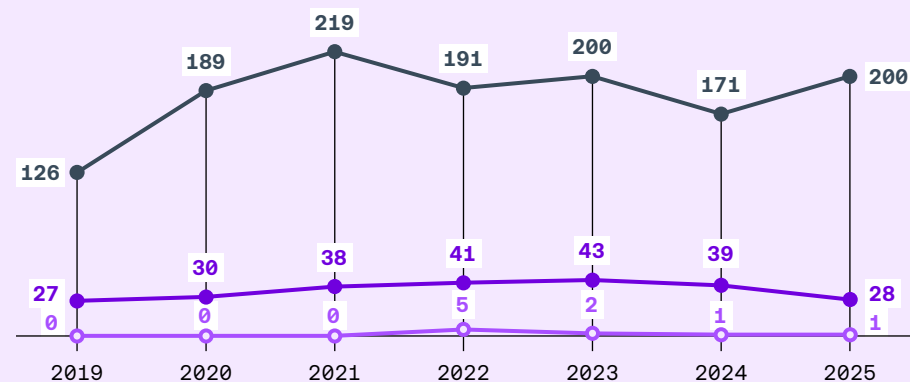
BALEADOS POR PROFISSÃO



33
MOTOTAXISTAS
 BALEADOS, MAIOR
 NÚMERO DA SÉRIE
 HISTÓRICA.

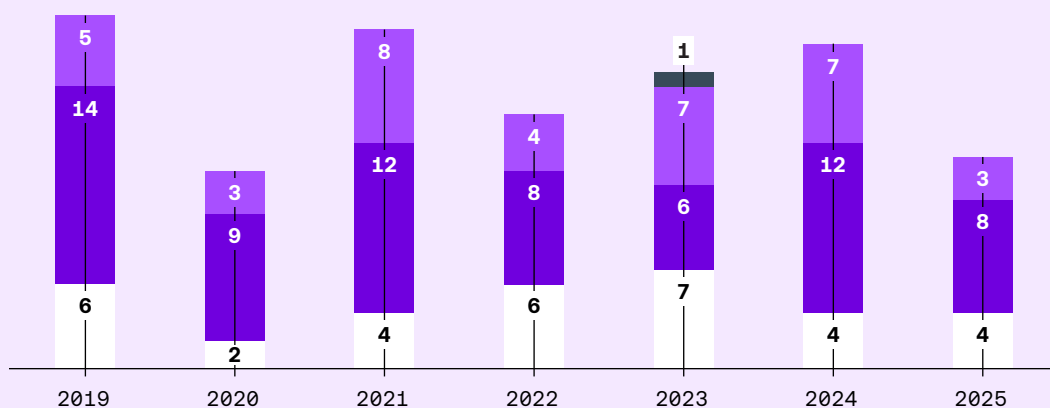
EVOLUÇÃO TEMPORAL DE PESSOAS BALEADAS EM CASA

— HOMENS — MULHERES — NÃO INFORMADO

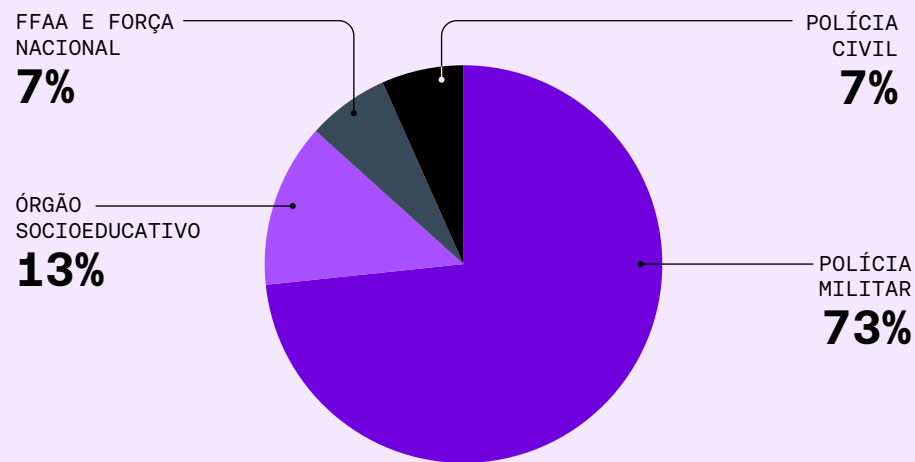


STATUS DOS AGENTES BALEADOS

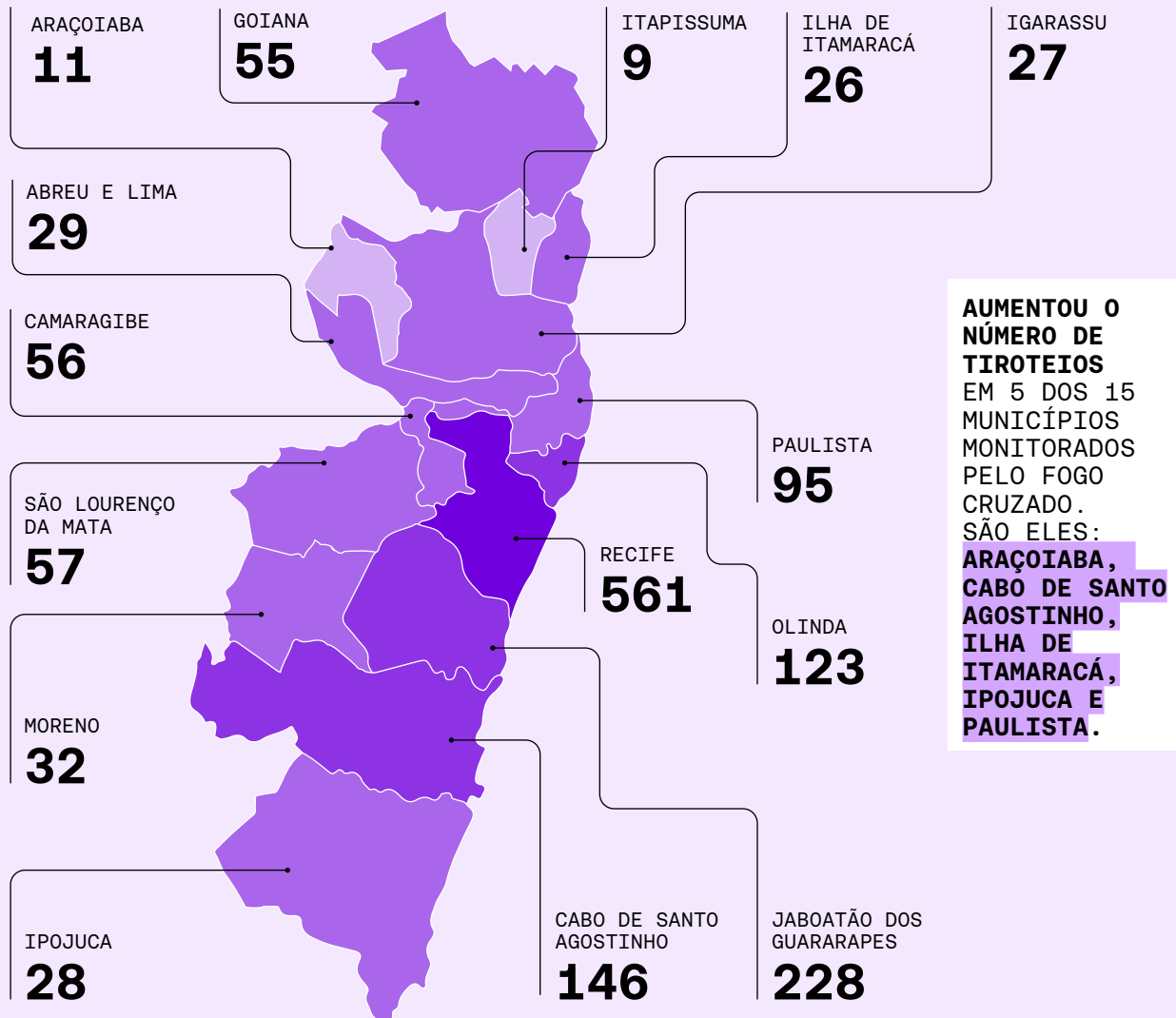
EM SERVIÇO DE FOLGA APOSENTADO NÃO IDENTIFICADO



AGENTES BALEADOS POR FORÇA



TIROTEIOS EM RECIFE E REGIÃO METROPOLITANA



RANKING DOS BAIRROS COM MAIS BALEADOS

MURIBECA	35
DOIS UNIDOS	35
NOVA DESCOBERTA	33
PRAZERES	31
PONTE DOS CARVALHOS	25
COHAB	25
ÁGUA FRIA	25
PIEDADE	24
PINA	23
CURADO	23
VÁRZEA	23

PARÁ



TIROTEIOS

542



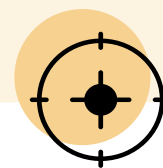
TIROTEIOS EM AÇÃO

248



MORTOS

391



FERIDOS

108

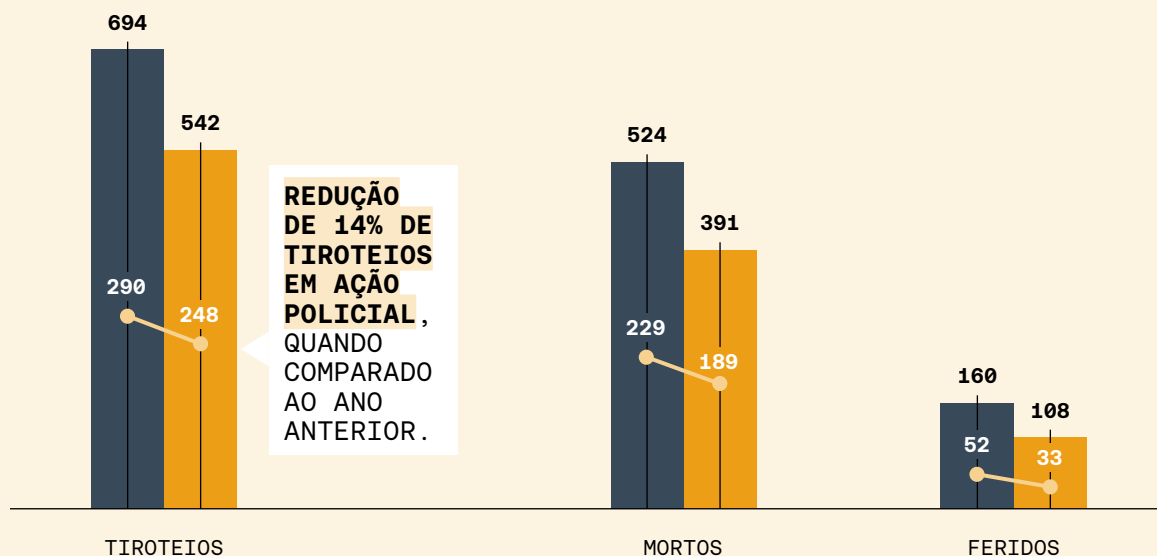


BALEADOS EM AÇÃO

222

EVOLUÇÃO TEMPORAL DA VIOLÊNCIA ARMADA

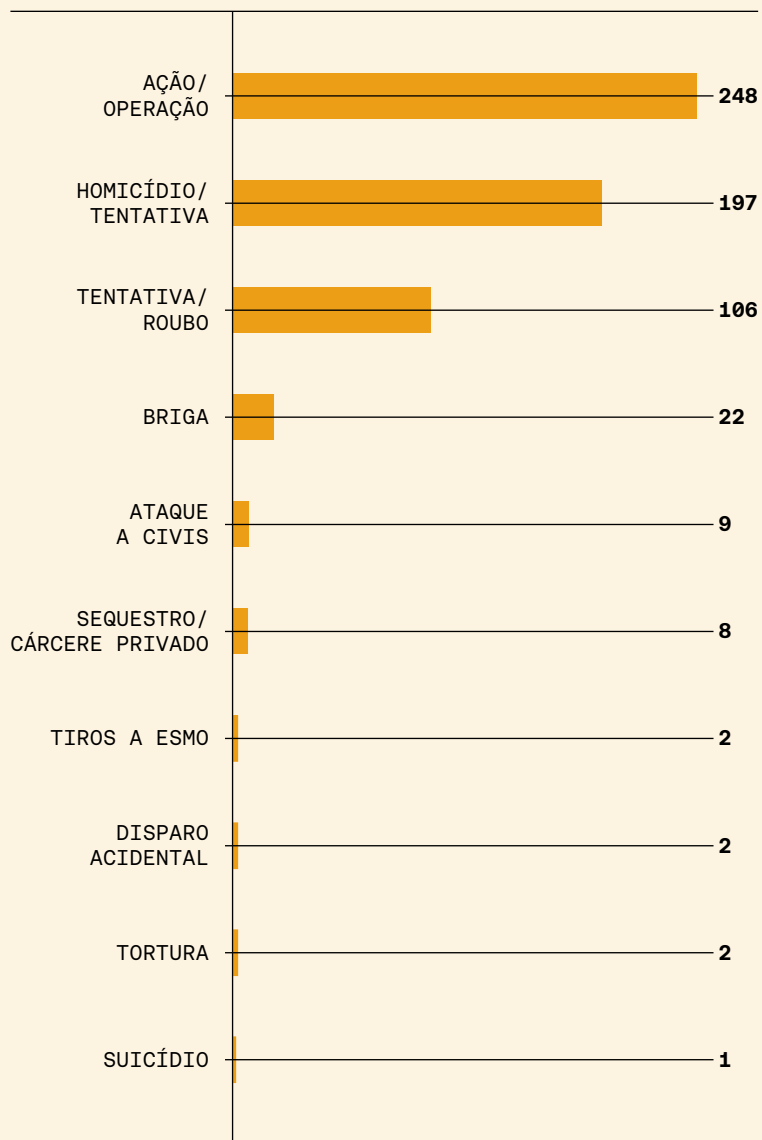
2024 2025 EM AÇÃO POLICIAL



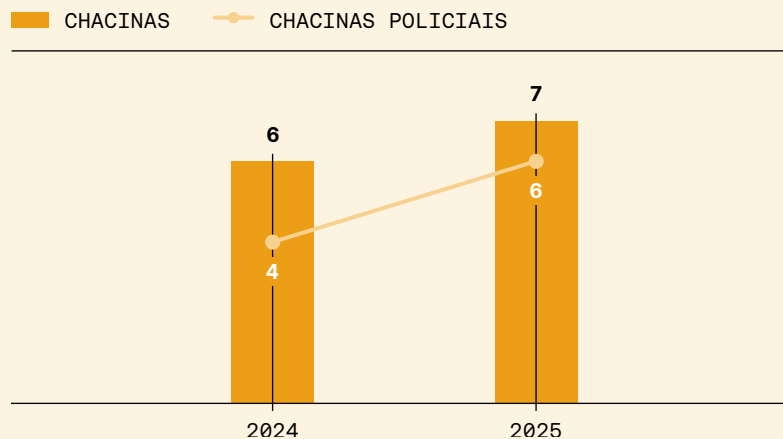
45%

DOS TIROTEIOS OCORRERAM EM AÇÕES POLICIAIS. PATAMAR É SUPERIOR AO DO RIO DE JANEIRO (39%) E DA BAHIA (44%).

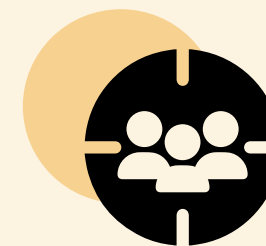
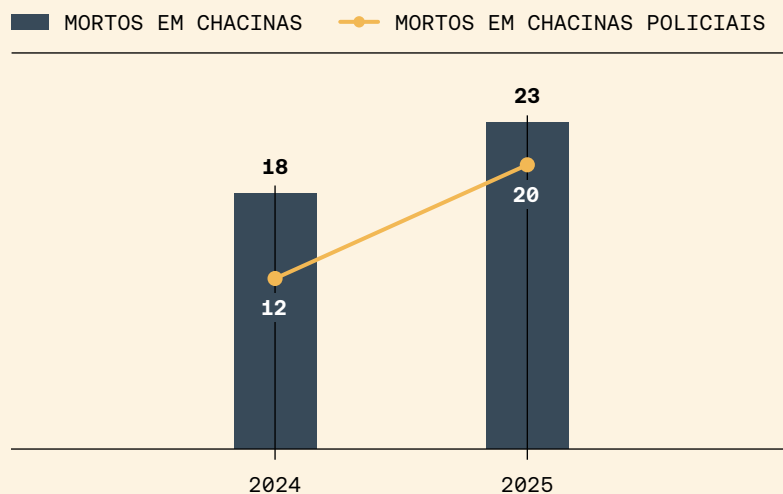
RANKING DE MOTIVOS DOS TIROTEIOS



EVOLUÇÃO TEMPORAL DE CHACINAS



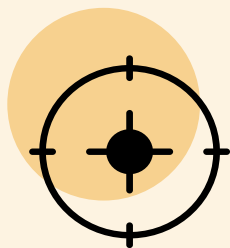
EVOLUÇÃO TEMPORAL DE MORTOS EM CHACINAS



50%
 DE AUMENTO
 DE **CHACINAS
 POLICIAIS** QUANDO
 COMPARADO AO
 ANO ANTERIOR.

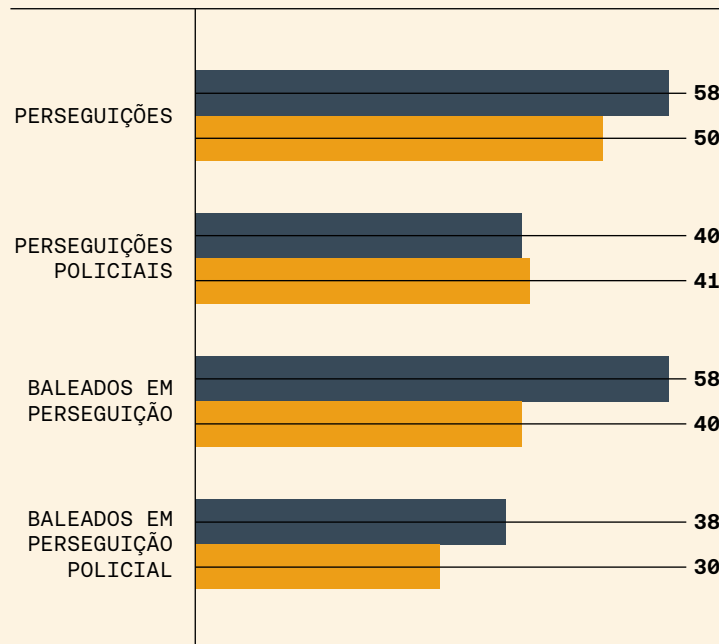
125%

DE AUMENTO DE **ATAQUE A CIVIS** QUANDO COMPARADO AO ANO ANTERIOR.



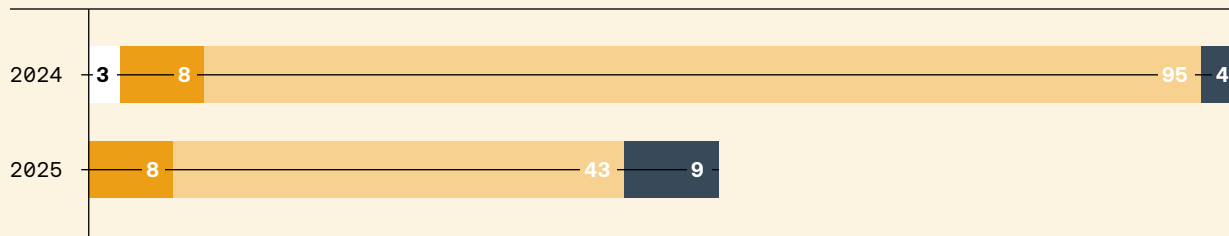
PERSEGUIÇÕES POLICIAIS

2024 2025



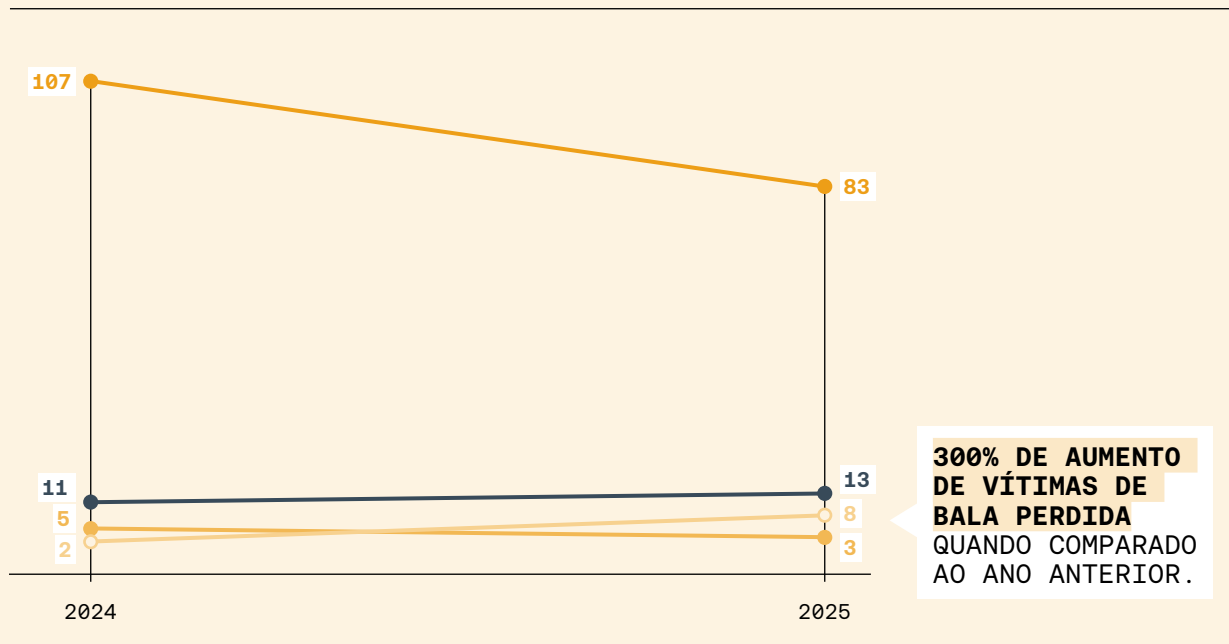
DISPUTA POR CONTROLE DE TERRITÓRIO

DISPUTA SEQUESTRO/CÁRCERE PRIVADO ATAQUE ARMADO SOBRE RODAS ATAQUE A CIVIS



DESCONTROLE DA VIOLÊNCIA ARMADA

ASSALTOS/TENTATIVA BRIGAS FEMINICÍDIO/TENTATIVA BALAS PERDIDAS



300% DE AUMENTO DE VÍTIMAS DE BALA PERDIDA QUANDO COMPARADO AO ANO ANTERIOR.

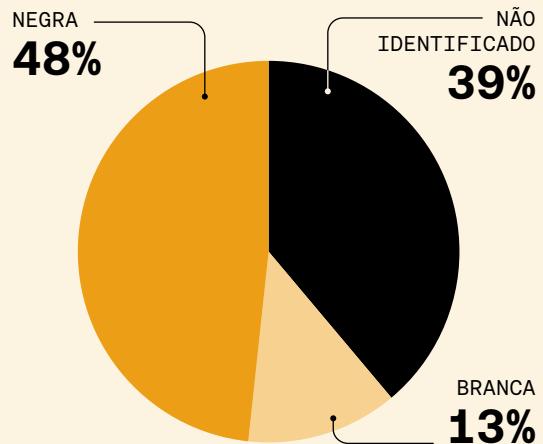
NÚMERO DE BALEADOS

499

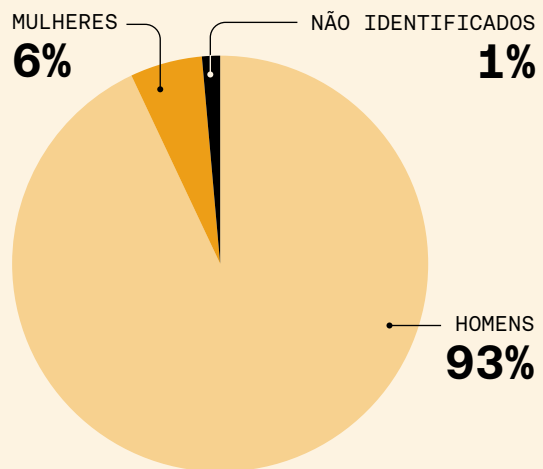
PROPORÇÃO DE MORTOS

78%

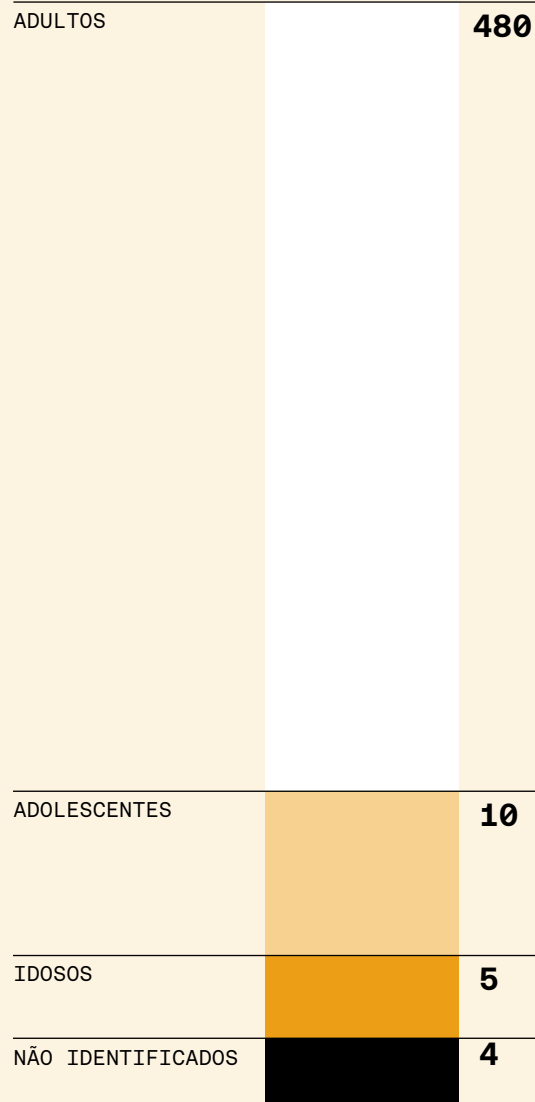
COR DAS VÍTIMAS



GÊNERO DAS VÍTIMAS



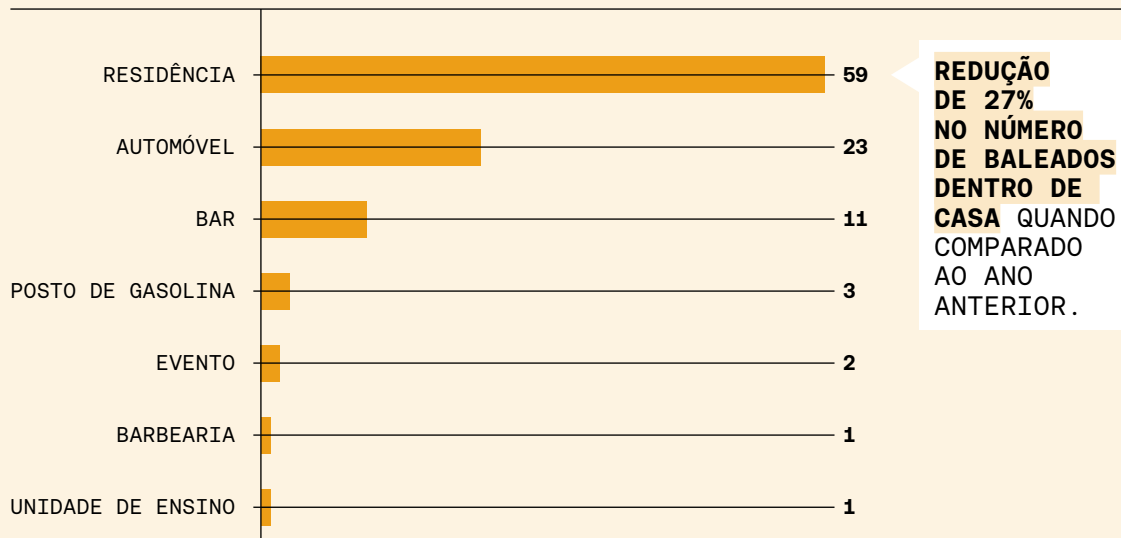
GRUPO ETÁRIO DAS VÍTIMAS



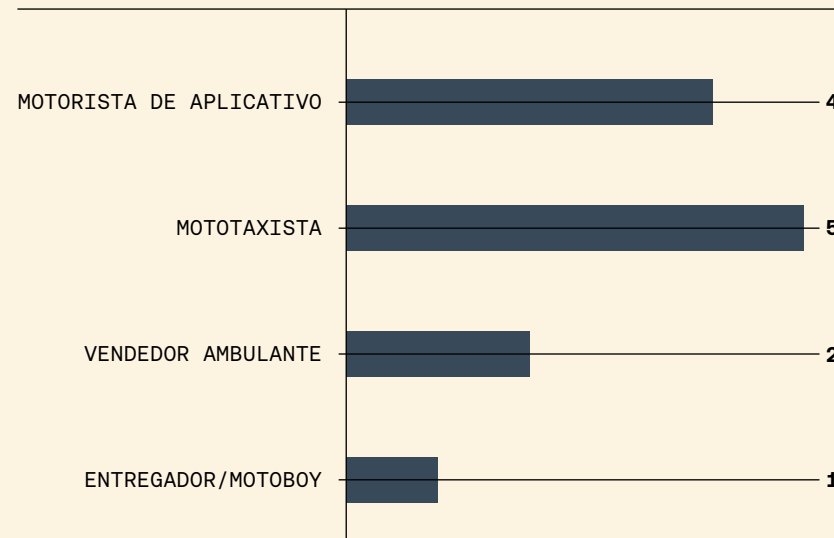
70%

DOS ADOLESCENTES FORAM BALEADOS EM AÇÃO POLICIAL.

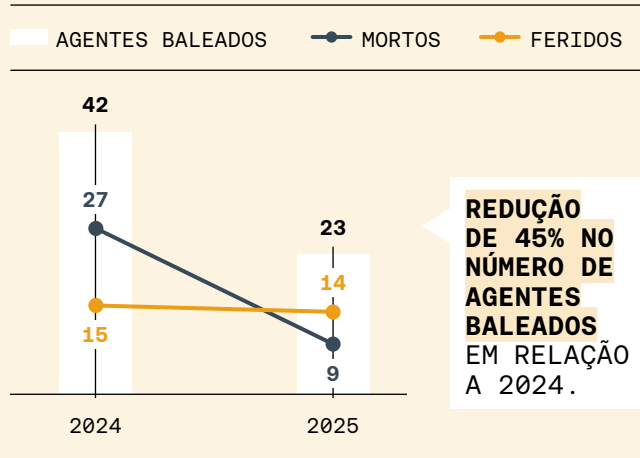
BALEADOS POR LOCAL



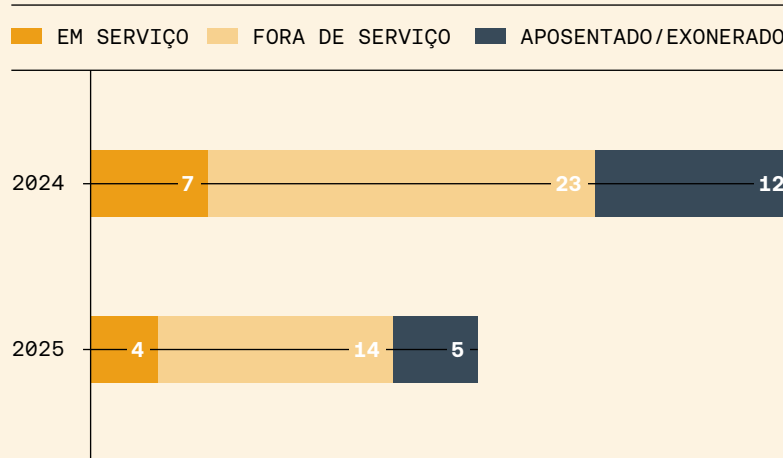
BALEADOS POR PROFISSÃO



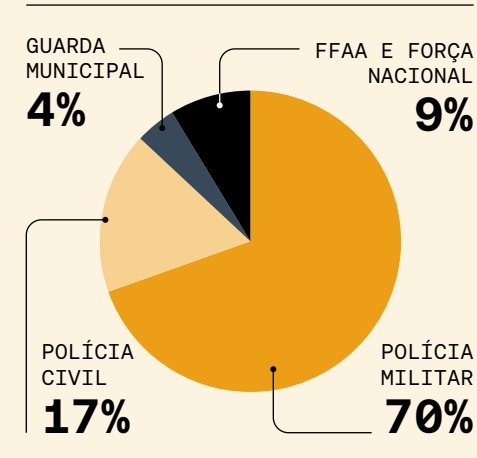
EVOLUÇÃO TEMPORAL DE AGENTES BALEADOS



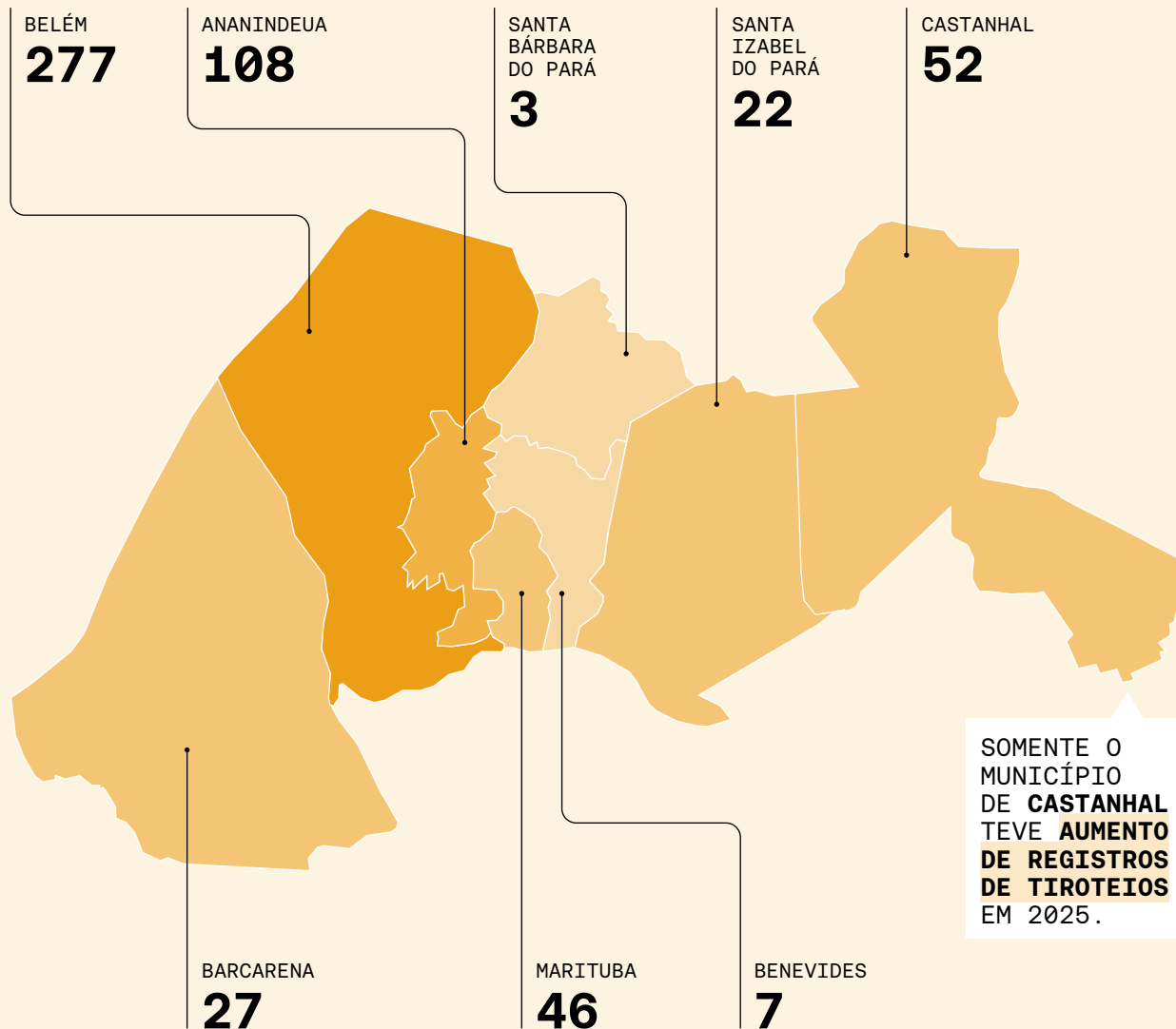
STATUS DOS AGENTES BALEADOS



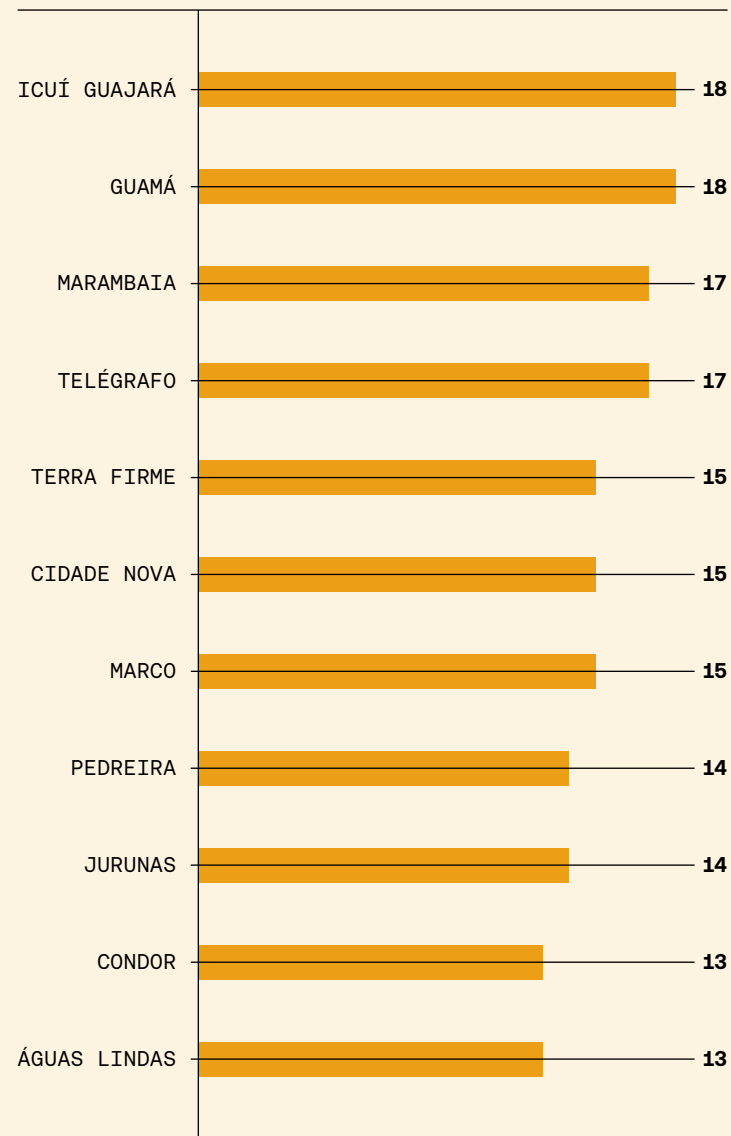
AGENTES BALEADOS POR FORÇA



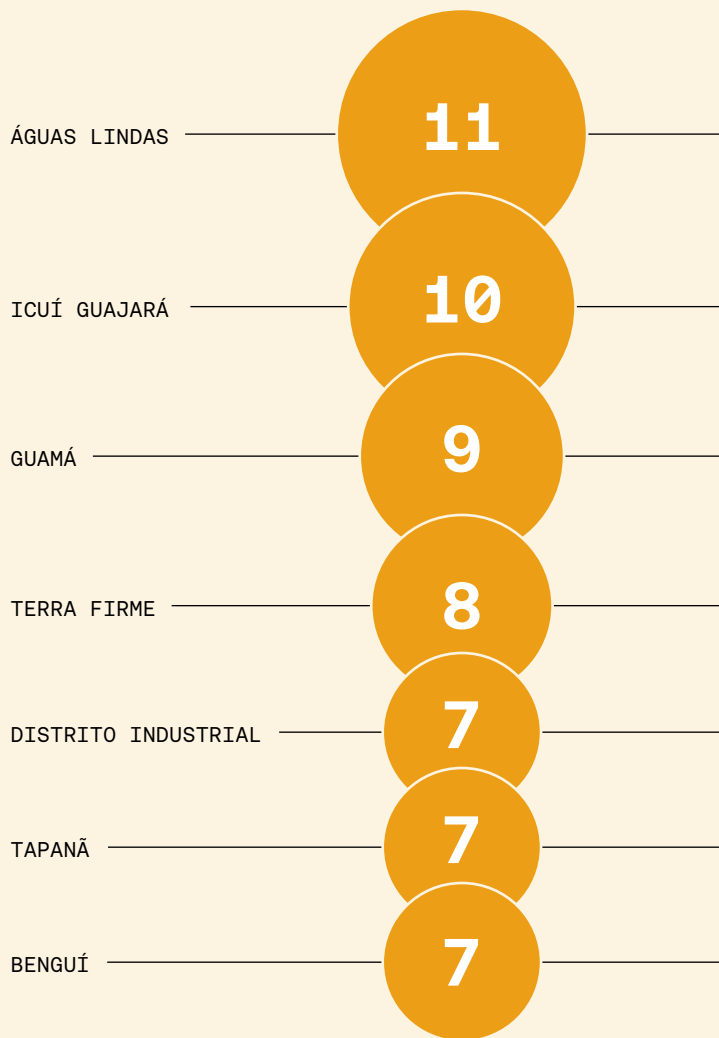
TIROTEIOS EM BELÉM E REGIÃO METROPOLITANA



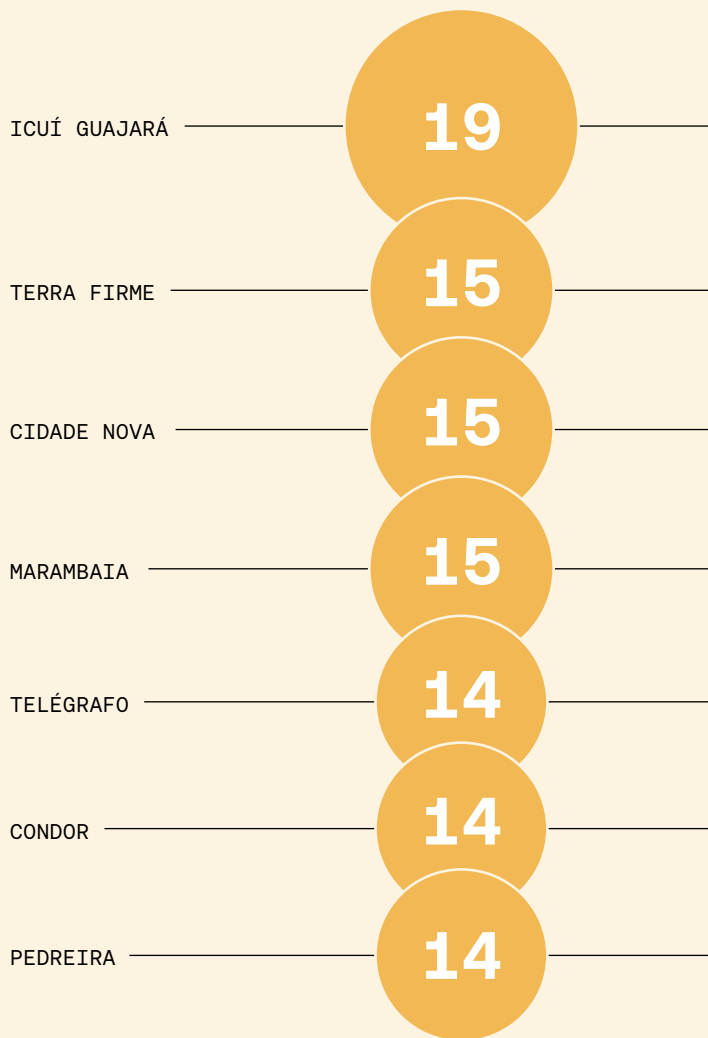
RANKING DOS BAIRROS COM MAIS TIROTEIOS



RANKING DOS BAIROS COM MAIS TIROTEIOS EM AÇÃO POLICIAL



RANKING DOS BAIROS COM MAIS BALEADOS



METODOLOGIA

O Instituto Fogo Cruzado criou uma metodologia inédita para o registro colaborativo e sistemático de episódios de violência armada e suas consequências. Atualmente a organização atua nas regiões metropolitanas de Recife, Rio de Janeiro, Salvador e Belém. Essa iniciativa desponta no cenário brasileiro pelo seu pioneirismo na combinação de duas estratégias bem-sucedidas:

- Promoção de autonomia da sociedade no registro da violência armada (em suas diversas circunstâncias);
- Curadoria, análise e divulgação responsável das informações, com mecanismos de checagem adequados que garantem confiabilidade aos dados.

A rotina do serviço prestado é baseada no tripé: coleta de dados sobre tiroteios, sistematização das informações em base de dados própria e disseminação do conhecimento produzido. Para tanto, o instituto disponibiliza um aplicativo gratuito exclusivo e site multifuncional e mantém forte presença nas redes sociais.

Cada região metropolitana onde o Fogo Cruzado atua conta com uma equipe responsável por monitorar, diariamente, casos de tiroteios através das nossas fontes. As informações são coletadas: 1) via usuários — através do aplicativo e redes sociais; 2) via imprensa e 3) via informações públicas dos órgãos de segurança.

Uma vez notificado sobre um tiroteio, o analista do Fogo Cruzado checa a veracidade da informação, conforme os critérios pré-estabelecidos pela organização, antes de cadastrá-la no banco de dados. Nessa etapa, os analistas buscam analisar uma série de características dos episódios de violência armada, bem como avaliam marcadores geográficos e temporais para evitar duplicações.

Os dados sistematizados na base de dados sobre violência armada exclusiva do Fogo Cruzado são disponibilizados para a população em múltiplos formatos:

- I. Em sua forma bruta através da API e da ferramenta de pesquisa da mesma.
- II. Em forma de estatísticas através de ferramenta própria no site.
- III. Em forma de indicadores de tendências em tempo real através de postagens em nossas redes sociais.
- IV. Em forma de levantamentos temáticos através da seção de notícias do nosso site.
- V. Em forma de levantamentos acumulados de períodos em nossos relatórios mensais, semestrais e anuais.
- VI. E, finalmente, por e-mail sob demanda de jornalistas, organizações da sociedade civil, gestores públicos ou qualquer cidadão interessado.

INSTITUTO FOGO CRUZADO

Cecília Olliveira

DIRETORA EXECUTIVA

Maria Isabel Couto

DIRETORA DE DADOS
E TRANSPARÊNCIA

Marianna Araujo

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
E INOVAÇÃO

GESTÃO

Davi Arloy

GERENTE DE GESTÃO

Letícia Wolowski

Layla Santos

ASSISTENTES DE GESTÃO

COMUNICAÇÃO

Diogo Santos

GERENTE DE COMUNICAÇÃO

Renata Sena

REDATORA

Juliana Aguiar

ANALISTA DE REDES

Gabrielli Thomaz

ASSESSORA DE IMPRENSA

Maria Auxiliadora dos Santos

ASSESSORA DE IMPRENSA (BA)

Catarina Barbosa

ASSESSORA DE IMPRENSA (PA)

Gaby Pereira

DESIGNER

DADOS E PESQUISA

Terine Coelho

GERENTE DE PESQUISA

Iris Rosa

ASSISTENTE DE PESQUISA

Rafael Coletto

ASSISTENTE DE DADOS

Leandro Silva

ANALISTA DE DADOS

Davi Santos

ANALISTA DE TI

EQUIPE BA

Tailane Muniz

COORDENADORA

Brigitte Barreiro

Ominlandê Onawale

Paulo Aguiar

Vanessa Rocha

ANALISTAS DE DADOS

EQUIPE PE

Ana Maria Franca

COORDENADORA

Joan Kleber Amorim

Lara Pirro

ANALISTAS DE DADOS

EQUIPE RJ

Carlos Nhangá

COORDENADOR

Laerte Breno

Mayara Mangifeste

Michel Rosa

Rodrigo Raimundo

ANALISTAS DE DADOS

EQUIPE PA

Eryck Batalha

COORDENADOR

Raquel Freitas

Leandro Sarrazin

Thayana Campos

Lucas Patrick

ANALISTAS DE DADOS



SOBRE O FOGO CRUZADO

O Fogo Cruzado é um Instituto que usa tecnologia para produzir e divulgar dados abertos e colaborativos sobre violência armada, fortalecendo a democracia através da transformação social e da preservação da vida.

Com uma metodologia própria e inovadora, o laboratório de dados da instituição produz mais de 50 indicadores inéditos sobre violência nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, do Recife, de Salvador e de Belém. A atuação do Instituto em Pernambuco acontece em parceria com o Gajop e em Salvador, com a Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas.

Por meio de um aplicativo de celular, o Fogo Cruzado recebe e disponibiliza informações sobre tiroteios, checadas em tempo real, que estão no único banco de dados aberto sobre violência armada da América Latina, que pode ser acessado gratuitamente pela API do Instituto.

SOBRE A INICIATIVA NEGRA

A Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas é uma organização da sociedade civil que atua, desde 2015, pela construção de uma agenda de justiça racial e econômica promovendo ações de advocacy em Direitos Humanos e propondo reformas na atual política de combate às drogas.

Inicialmente como um projeto, hoje a Iniciativa está consolidada como a primeira ONG negra do país a assumir o compromisso de diagnosticar e apontar soluções pacíficas para uma reforma da política sobre drogas a partir da perspectiva racial. Para nós, a chamada “guerra às drogas” no Brasil é a principal justificativa política para a manutenção da opressão racial sobre a população negra.

Com foco nas agendas nacionais e regionais de segurança pública, sistema de justiça e saúde mental, o trabalho da Iniciativa Negra consiste em fortalecer a democracia brasileira e assegurar os direitos de populações historicamente discriminadas, como negros, indígenas e habitantes de periferias.

SOBRE O GAJOP

O Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP) é uma entidade da sociedade civil, criada em 1981, que tem como missão “Defender e promover os Direitos Humanos, com foco no Acesso à Justiça e a Segurança, em especial, dos segmentos socialmente vulneráveis, através da Educação em Direitos Humanos, do Controle Social e do Monitoramento de Políticas Públicas, visando a construção de uma sociedade digna, justa e democrática”. O GAJOP atua na defesa intransigente dos direitos humanos, a partir das linhas estratégicas: Acesso à Justiça; Sistema de Justiça Criminal; Educação em Direitos Humanos; Infância e Juventude.



<https://fogocruzado.org.br>

 **FOGOCRUZADO**